

Diário do Legislativo de 30/01/1998

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Romeu Queiroz - PSDB

1º-Vice-Presidente: Cleuber Carneiro - PFL

2º-Vice-Presidente: Francisco Ramalho - PSDB

3º-Vice-Presidente: Geraldo Rezende - PMDB

1º-Secretário: Elmo Braz - PPB

2º-Secretário: Ivo José - PT

3º-Secretário: Marcelo Gonçalves* - PDT

4º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

5º-Secretário: Maria Olívia - PSDB

*Afastado do exercício do mandato, por investidura no cargo de Secretário de Estado.

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 237ª Reunião Extraordinária

1.2 - 238ª Reunião Extraordinária

1.3 - Reuniões de Comissões

2 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 237ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 21/12/97

Presidência da Deputada Maria Olívia

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - Questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Geraldo Rezende - Elmo Braz - Maria Olívia - Ajalmar Silva - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Anivaldo Coelho - Antônio Andrade - Arnaldo Penna - Bilac Pinto - Dimas Rodrigues - Elbe Brandão - Glycon Terra Pinto - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Leite - Luiz Fernando Faria - Marcos Helênio - Mauri Torres - Miguel Martini - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Roberto Amaral - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Costa - Wanderley Ávila - Wilson Pires.

Abertura

A Sra. Presidente (Deputada Maria Olívia) - Às 9h01min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Ivo José, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Questão de Ordem

O Deputado Péricles Ferreira - Sra. Presidente, gostaria de informar a V. Exa. que temos na pauta matérias importantes para votação. Como não temos, neste momento, "quorum" para votação, solicito o encerramento, de plano, desta reunião.

Encerramento

A Sra. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de número regimental para prosseguimento dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 22, às 9, às 14 e às 20 horas; do dia 23, às 9 e às 20 horas, nos termos dos editais de convocação, bem como para a ordinária do dia 23, às 14 horas, com a ordem do dia a ser publicada, ficando desconvidadas as extraordinárias marcadas para hoje, às 14 e às 20 horas. Levanta-se a reunião.

ATA DA 238ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 22/12/97

Presidência do Deputado Romeu Queiroz

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Discussão e Votação de Proposições: requerimento do Deputado Durval Ângelo; discursos dos Deputados Raul Lima Neto, Gilmar Machado, Maria José Hauelsen e Marcos Helênio; questão de ordem; chamada de recomposição de "quorum"; existência de número regimental para continuação dos trabalhos; discursos dos Deputados Geraldo Nascimento, Adelmo Carneiro Leão e Paulo Pettersen; requerimento do Deputado Durval Ângelo; deferimento; questões de ordem - Prosseguimento da votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.550/97; requerimento do Deputado Gilmar Machado; deferimento; votação do Substitutivo nº 1, salvo emendas e destaques; aprovação; verificação de votação; ratificação da aprovação; questões de ordem; votação da Emenda nº 1; rejeição; votação da Emenda nº 2; aprovação; votação da Emenda nº 3; questão de ordem; leitura da Emenda nº 3; discursos dos Deputados Ronaldo Vasconcellos e João Batista de Oliveira; rejeição; verificação de votação; retificação do resultado; aprovação da Emenda nº 3; votação da Emenda nº 4; questão de ordem; leitura da Emenda nº 4; aprovação; declarações de voto - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.572/97; discursos dos Deputados Anderson Aduato e Gilmar Machado; votação do projeto, salvo emendas; aprovação; verificação de votação; ratificação da aprovação; votação das Emendas nºs 1 e 2; rejeição; declarações de voto - Questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Romeu Queiroz - Cleuber Carneiro - Francisco Ramalho - Geraldo Rezende - Elmo Braz - Ivo José - Maria Olívia - Adelmo Carneiro Leão - Ailton Vilela - Ajalmar Silva - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Anderson Aduato - Anivaldo Coelho - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Arnaldo Canarinho - Arnaldo Penna - Bené Guedes - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Durval Ângelo - Elbe Brandão - Ermano Batista - Geraldo da Costa Pereira - Geraldo Nascimento - Geraldo Santana - Gil Pereira - Gilmar Machado - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Ibrahim Jacob - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Leite - Jorge Hannas - José Henrique - José Maria Barros - Luiz Fernando Faria - Marco Régis - Marcos Helênio - Maria José Hauelsen - Mauri Torres - Mauro Lobo - Miguel Barbosa - Miguel Martini - Paulo Pettersen - Paulo Schettino - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Rêmoló Aloise - Roberto Amaral - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila - Wilson Pires - Wilson Trópia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Romeu Queiroz) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- A Deputada Maria Olívia, 5ª-Secretária, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Durval Ângelo solicitando a inversão da pauta, para que o Projeto de Lei nº 1.425/97 seja votado antes do Projeto de Lei nº 1.572/97. Em votação, o requerimento. Para encaminhar a votação, com a palavra, o Deputado Raul Lima Neto.

O Deputado Raul Lima Neto - Sr. Presidente, deixo de encaminhar a votação para abreviar um pouco mais o tempo para os nossos companheiros Deputados.

O Sr. Presidente - Para encaminhar a votação, com a palavra, o Deputado Gilmar Machado.

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, pessoas presentes nas galerias, estamos solicitando a inversão da pauta, por meio do requerimento do nosso companheiro de Bancada, Deputado Durval Ângelo, porque vamos entrar num projeto complexo, que vai exigir um tempo maior da Casa. Aí é que vamos ver se há um esforço, uma tentativa de todos de resolver o problema relativo ao IPVA.

Há um projeto em tramitação, sobre o qual queremos negociar e queremos discutir. É por isso que estamos pedindo a inversão da pauta, para que possamos entrar rapidamente nele, porque é o mais complexo da pauta.

O outro projeto, que está na frente, refere-se à renegociação da dívida, que também entendemos ser importante, mas sobre a qual já há um entendimento. Aliás, o Governo do Estado já agilizou o processo de renegociação da dívida com o Governo Federal, porque havia necessidade de o Governo acertar com o Banco Central a elevação do percentual dos juros, já que Minas não tem como pagar os 20% agora, de imediato, na renegociação da dívida.

Havia necessidade, então, de uma diminuição, que vai ficar na casa de 10%, e uma introdução agora, para compensar a diminuição daquilo que vamos pagar, da elevação da taxa de juros de 6% ao ano para 7,5% ao ano. Quanto a esse projeto, já há mais ou menos um entendimento, tanto do Governo do Estado como do Governo Federal, para cumprir o pacote do Governo Federal, que foi votado recentemente, e que obriga os Estados e os municípios a fecharem os acordos das suas renegociações de dívidas com o Governo Federal até o dia 31 de janeiro.

O projeto posterior, que é o projeto que trata do IPVA, ainda está na fase de 1º turno. E aí temos que ver se a Bancada do Governo está interessada em resolver e votar logo o projeto para poder acertar também a parte financeira. E interessa à Bancada do PT discutir e fazer um entendimento com relação a essa questão.

Na semana passada, quando o Secretário da Fazenda, João Heraldo, esteve aqui na Casa pedindo desculpas pelo equívoco que cometeu no envio antecipado para os contribuintes do aumento do IPVA sem que tivéssemos uma definição quanto a isso, o Secretário colocou explicitamente, para todo o povo de Minas, que assiste ao canal da Assembléia, e também

às outras emissoras que cobriam aqui a Casa, que havia e que estava aberto um processo de negociação. Fiz um encaminhamento durante a exposição do Secretário, na qual eu colocava que ele falava uma coisa aqui, mas fazia outra depois, pelas nossas costas. Ele achou ruim e disse que não tinha uma relação de amizade pessoal comigo. Eu, particularmente, não precisei de procurar psicólogo, porque não preciso desse tipo de companhia. Mas o que eu gostaria de colocar é que foi mostrado explicitamente que nós poderíamos discutir modificações nesse processo. Eu quero fazer o processo de modificação do debate. Queremos um debate franco e aberto com o Governo, como tem sido a nossa postura desde o início, desde que o Governo enviou o pacote. Nós dizíamos que para colocar essa votação havia necessidade de entendimentos. Queremos fazer o entendimento da questão do IPVA. Agora, se o Governo acha que vai passar porque tem maioria, então é outra coisa. Mas depois não digam que a Bancada do PT não tentou fazer entendimento. No caso do IPVA, não concordamos nem podemos concordar com a forma como ele veio para esta Casa. A trapaçada do Secretário da Fazenda piorou a situação. Entendo que é uma desmoralização para esta Casa não fazermos essas modificações, principalmente depois daquele "mea culpa" vergonhoso que fez aqui o Secretário da Fazenda.

Essa votação que acabamos de fazer, que não considero vitória nem derrota de ninguém, foi muito importante. Foram muito importantes as modificações feitas. Foi feito um aperfeiçoamento com a emenda do Deputado Ronaldo Vasconcellos. Não tenho o objetivo de derrotar nem de ser derrotado por ninguém. Nosso objetivo é aperfeiçoar os projetos para que o povo de Minas não tenha uma perda muito grande, para que ele não tenha um sacrifício ainda maior. Essa é nossa linha de raciocínio. Para isso chamamos a liderança do Governo: para procurarmos um entendimento, de cabeça fria, como quando discutimos a questão da pauta mínima. Muita gente tem entendido mal esse processo, mas quando fazemos algum entendimento, temos de ter a clareza de que teremos ganhos e desgastes. Mas eu, particularmente, não tenho medo de assumir eventuais desgastes, desde que tenhamos clareza do acordo que fizemos. O parlamento é uma casa que existe para que possamos fazer acordos, modificações, debates e aperfeiçoamentos para o bem do conjunto da população. Todos temos responsabilidades com a população que nos elegeram e nos paga muito bem. Precisamos ter a capacidade de diálogos e debates. Da tribuna podemos nos convencer aos outros a trazer melhorias para a população. Esse é o apelo que faço para as Lideranças do Governo. Conclamo a todos a fazer essa inversão, para que possamos dar agilidade ao processo de nossos trabalhos. O processo de votação de IPVA ainda está no 1º turno, e hoje já é dia 22. Parece que muita gente está querendo fazer um Natal diferente este ano. Algumas pessoas estão querendo uma comemoração diferente, uma comemoração preparada. Tenho a certeza de que o pessoal da assessoria da Casa e o da consultoria já está preparando uma festa para nós ficarmos aqui no dia 25. Mas parece-me que alguns ainda desejam fazer o Natal em casa, só com os seus familiares mais próximos e, não, uma grande confraternização aqui no dia 25. Portanto, conclamamos a todos a fazer, então, esse processo de inversão, para que estabeleçamos o debate, o diálogo, e tenhamos a agilização dos nossos trabalhos e das votações. Queremos, assim, concluir rapidamente a nossa votação, para que tenhamos também condições de entrar no recesso parlamentar, tanto os Deputados quanto a assessoria e a consultoria, que têm nos dado, realmente, nesses dias de debates mais profundos do pacote, a demonstração da sua competência e seriedade. Estão todos aqui no maior esforço para tentar resolver esses impasses provocados pela precipitação do Governo, que, muitas vezes, não tem o devido respeito ao Poder, como infelizmente ocorreu no caso da emissão das notas. É, por isso, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, que estamos fazendo uma argumentação concreta e objetiva, para que tenhamos condições de agilizar o processo das votações e resolver essa questão do IPVA, um problema ainda polêmico que temos aqui para acertar. Esse é o apelo que fazemos, ou seja, que aprovelem esse requerimento apresentado pelo ilustre Deputado Durval Ângelo, que, também, tem esse mesmo objetivo e interesse em resolver essa situação. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Para encaminhar a votação, com a palavra, a Deputada Maria José Hauelsen.

A Deputada Maria José Hauelsen - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Estamos aqui também participando desse processo democrático, para que possamos discutir os projetos que aqui chegam e que devem ser bem debatidos e conhecidos por todos nós. Então, estamos discutindo esse projeto do IPVA. Penso ser importante que repitamos agora o fato constrangedor e desagradável para todos nós da chegada desse projeto e a maneira estranha e esquisita, mesmo, como o Governo o encaminhou. Também recebi em minha casa, antes mesmo que o Sr. Secretário da Fazenda viesse aqui para discutir e pedir desculpas, a guia para pagamento do IPVA. Na verdade, isso demonstra a falta de respeito a este Poder Legislativo e, ainda, o seu abuso de poder e o seu autoritarismo. Isso demonstra que o Poder Executivo está acostumado a "tratorar" esta Casa e a impor as suas condições, vantagens e regras, sem nenhuma discussão, contando com a subserviência desta Assembléia Legislativa. É constrangedor o que aconteceu em Minas Gerais. É um fato que diminui a grandeza do Poder Legislativo. Quero lembrar duas frases usadas pelo Deputado Anderson Aduato, que, para mim, sintetizaram plenamente o que aconteceu: "O feitiço virou contra o feiticeiro" e "Um dia a casa cai". Essas frases foram usadas com muita propriedade e de maneira muito correta. Acostumado a mandar, a desmandar e a atropelar todo o processo desta Casa, o Poder Executivo, mais uma vez, quis passar por cima de todos nós e foi submetido a um vexame. Foi aí que a casa caiu.

Lamentamos a facilidade com que esta Casa aceitou as desculpas do Secretário da Fazenda. É interessante que ele tenha considerado absurdo apenas distribuir as guias do IPVA antes da votação nesta Casa. Absurda, para mim, no entanto, é a certeza que ele tinha de que podia imprimir tudo o que quisesse e de que esta Casa votaria segundo a ordem do Governo. Estranho, para mim, é que o Poder Legislativo, com muita facilidade, apenas com o pedido de desculpas e vagas explicações, submeteu-se novamente e concordou em votar o IPVA sem problemas.

Para nós, foi motivo de orgulho o Presidente assumir a posição - que era correta - de retirar o projeto do IPVA do pacote do Governo. Foi aplaudido e louvado por todos os partidos, com merecimento e justiça. Em poucas horas, no entanto, a situação mudou de novo. Que papel o Poder Legislativo desempenha no Estado de Minas Gerais? Basta que o Secretário reconheça seu erro, peça desculpas, e tudo fica resolvido?

Srs. Deputados, esse projeto poderia ter sido aprovado sem grandes problemas, com algumas emendas, com discussão séria, mas não assim, a toque de caixa, como faz o Governo todos os anos, mandando um pacote na última hora. Aliás, esse é o costume. Estou nesta Casa há nove anos, e todo final de ano é esse atropelo. Passamos mais de um mês sem que nada, absolutamente nada fosse votado, a não ser alguns requerimentos. Foi a greve branca feita pelos Deputados governistas, enquanto esperavam a aprovação, por parte do Governo, das verbas de que precisam para atendimento em suas bases. De repente, em uma semana, tudo aquilo que não foi votado em quatro ou cinco meses tem que ser resolvido a toque de caixa. É por isso que muitos projetos são apresentados e votados com falhas graves, sem que o povo saiba o que está acontecendo, sem que perceba o prejuízo que leva.

Na Mensagem nº 220/97, há o seguinte trecho: "Não há como negar a imperiosa necessidade de se reverem os valores das alíquotas vigentes, bem como de se ampliar a incidência do IPVA, mantida a isenção para veículos com mais de 15 anos de uso. Propõe-se incluir aeronaves, locomotivas e embarcações na relação dos veículos cujos proprietários recolherão imposto.

Busca-se, dessa forma, amenizar as dificuldades financeiras do Estado, sobrecarregado com os pesados encargos oriundos da construção e manutenção de sua extensa malha viária".

Sim, Srs. Deputados, entretanto, já foi retirada do projeto a cobrança do IPVA de aeronaves. Alega-se que elas sairiam para receber a permissão para o transporte fora de Minas Gerais, mas sabemos que é no local do embarque do passageiro que o imposto é cobrado.

Mais ainda, veículos com mais de 15 anos de uso sempre foram isentos do pagamento do IPVA, e nós entendemos que há problemas nesse ponto. Até divergências. Entendemos que o veículo mais usado, desgastado, pode poluir o ambiente, provocar maior número de acidentes; deveria, sim, pagar IPVA. Mas, se uma pessoa fica com um carro por mais de 15 anos, é porque realmente não tem condições, não tem poder aquisitivo para trocar de carro com mais frequência.

Sabemos muito bem que a melhor marca de carro é o carro novo, que não precisa estar na oficina todos os dias, que nos dá garantia nas estradas. Carro velho é perigoso, mas ninguém fica com ele por alegria e prazer. Esse tipo de imposto termina penalizando aqueles que não puderam trocar de carro e são obrigados a se arriscar nas estradas. Nesse caso, em vez de taxar, o mais correto seria exigir que esses carros fossem vistoriados com mais frequência. Dessa forma, iria garantir-se o transporte e a segurança não só para o usuário, mas também para os outros que estão nas estradas.

A alíquota de 4% proposta para automóveis, veículos de uso misto, utilitários em geral e outros...

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Marcos Helênio.

O Deputado Marcos Helênio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, demais pessoas presentes; estamos encaminhando o debate sobre a questão do IPVA. Queríamos verificar qual é a posição desta Assembléia Legislativa, porque, se for apenas aceitar a desculpa do Secretário, que veio justificar a expedição de guias e, depois da desculpa, mantêm as que já estão nas mãos dos contribuintes, passando de 3% para 4%, seria uma posição de subserviência.

Nossa posição é totalmente contrária a esse projeto. Primeiramente, no que diz respeito ao percentual de aumento, passando de 3% para 4%, sem olhar a condição e o valor de cada veículo.

Isso representaria um aumento de 33%, que é incompatível com a inflação do período. Há denúncias também de que algumas guias relativas ao ano de 1997, que serão pagas em

1998, chegaram com aumento superior a 33%. Então, entendemos que todas elas terão de ser anuladas. E não adianta dizer que vamos manter esses percentuais para alguns veículos. A maioria deles serão penalizados.

Nossa proposta é muito clara. Em primeiro lugar, apresentamos um substitutivo que começava com 2% sobre veículos de até R\$10.000,00, e a alíquota iria subindo, até chegar a 4% para os carros de luxo e os importados. Como não foi aceita, fizemos outra proposta. Qual seria a última proposta do PT, em relação ao IPVA, para entrar num entendimento e chegar à aprovação? Seria esta: 3% sobre carros de até R\$10.000,00; 3,5% para os carros de R\$10.000,00 a R\$15.000,00, e 4% para os carros de mais de R\$15.000,00. Fora disso, seria abusar da população. E vamos fazer obstrução, segurar esse projeto. Ele não será votado este ano, se depender da posição dos Deputados do PT. Gostaríamos de contar com a coerência de Deputados que se têm manifestado contra aumentos abusivos. Sabemos que determinados reajustes, muitas vezes, têm de ocorrer, mas temos de analisar o seu impacto. O Secretário perguntou qual seria o impacto para o Estado, se houvesse redução. Temos de inverter a pergunta: qual será o impacto para a população que vai receber esse aumento de 33%? Não podemos analisar apenas pela lógica do lucro do capitalismo selvagem. Há de ser uma lógica que leve em consideração a situação de setores da população que são sacrificados. Muitos falam que o remédio é amargo. Concordamos, mas é necessário que os pacientes sejam outros, e não os mesmos que são sempre penalizados.

Portanto, estamos numa posição muito clara, transparente e firme com relação ao IPVA. Com relação à atitude da Secretaria, com sua experiência e competência administrativa, o Dr. João Heraldo deixou muito claro que não houve nenhum engano ao serem expedidas as guias, mas uma certeza de que esse projeto seria aprovado sem maiores empecilhos. As guias foram confeccionadas em agosto e expedidas agora, na certeza de que seriam aprovadas pela Casa. Temos aí a questão do respeito a esta Assembléia. Não adianta protestar e aplaudir o Presidente da Casa por ter tomado a atitude de retirar o projeto da pauta. Depois, num almoço com o Secretário, no 2º andar, disse "amém" a ele. Isso é uma atitude incoerente. À noite, aplaude-se o Presidente, que mostrou a independência do Poder Legislativo, mas lá, no almoço, S. Exa. diz ao Dr. João Heraldo que aceitamos suas desculpas, está tudo certo e pode continuar com as guias de 4%.

A Casa não pode permitir atitudes ambíguas e incoerentes, decisões na calada da noite - e depois, no almoço, as posições são modificadas. Qual é, de fato, a nossa autonomia? É manter o que o Governo quer, ou é ter a coragem de aperfeiçoar o projeto e colocá-lo para ser discutido no ano que vem?

Não é possível ficar nos sacrificando de segunda a sexta-feira, de manhã, de tarde e de noite, sábado, o dia todo, também no domingo, como foi na semana passada, e agora haverá, nesses dias todos, reuniões de manhã, de tarde e de noite novamente. Vamos continuar votando depois do Natal, para atender à condição imposta pelo Governador do Estado e pelo Secretário. Não concordamos e não vamos entrar nesse jogo. Como disse, não vou justificar mais, mas não aceitamos nenhum tipo de insinuação. Estamos aqui há oito anos - e a Bancada tem sido coerente - e nunca abrimos mão de nossas posições.

Agora, devo uma justificativa aos Deputados que me cobraram em relação ao Deputado Tilden Santiago, quando disse que S. Exa. foi destrutado na Casa. Quero dizer que todos os Deputados o receberam bem. Houve uma referência do Deputado Anderson Adauto, que pediu desculpa. Foi apenas um Deputado que fez uma referência negativa, mas está contornada. Todos os Deputados mantêm com o Deputado Tilden Santiago uma relação de respeito, até porque se trata de uma pessoa idônea, de bem, de caráter.

Portanto, essa é a posição definitiva de nossa Bancada, que estará aqui o tempo que for necessário, hoje, amanhã, quarta-feira, dia 24, sexta-feira, dia 26, no sábado e no domingo, se houver prorrogação. Não vamos deixar votar sem "quorum". Queremos dizer, ainda, que emendas de última hora serão destacadas para que não sejam aprovadas.

Concluindo, quero dizer que foi derrubado na Casa o repasse de verbas para entidades como a OAB, a AMAGIS e o Ministério Público. No entanto, agora, através de uma emenda, essas matérias estão voltando, para ser votadas. Não entendemos mais nada. Nesse sufoco, derruba-se uma emenda, mas volta com ela novamente. Vamos acabar votando muita coisa sem saber do que se trata. É preciso ter cuidado. Acharmos que os repasses para essas entidades, que até hoje receberam valores significativos, não podem continuar. São entidades privadas e devem caminhar com a arrecadação de seus associados. Cada associado paga, e não é pouco. Sou advogado e pago uma anuidade de R\$300,00. O nosso encaminhamento será contrário a essas emendas de última hora. Muito obrigado.

Questão de Ordem

O Deputado Paulo Pettersen - Sr. Presidente, solicito que V. Exa. convoque os legítimos representantes do povo para recomposição do "quorum".

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados.

O Sr. Secretário (Deputado Ermano Batista) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 45 Deputados, portanto há "quorum" para continuação dos trabalhos. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Geraldo Nascimento.

O Deputado Geraldo Nascimento - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, demais pessoas presentes nas galerias, imprensa; ao assumir nesta Casa o erro na emissão e distribuição das guias de IPVA, tanto o Governador Eduardo Azeredo quanto o Secretário João Heraldo Lima garantiram que não haveria nenhum prejuízo para os contribuintes, mas, ao aumentar de 3% para 4% a tabela, de forma global, o Governo está efetivamente impondo mais um custo ao contribuinte, de forma abusiva.

A Bancada do PT propõe uma tabela progressiva de reajuste, por entender que, dessa forma, a cobrança do IPVA não penalizará tanto aqueles que possuem veículos populares. Conforme disse o nosso Líder, Deputado Marcos Helênio, nós, do PT, estamos dispostos a dialogar com o Governo, mas baseados em princípios e propostas concretas. Infelizmente, até o momento, o Governo se mostra intransigente, deixando claro que as guias do IPVA não são apenas um erro, mas uma orientação do Governo. O que o Secretário fez não foi apenas um erro, mas um crime de responsabilidade. Por isso, Sr. Presidente, caros companheiros Deputados, sempre propomos medidas que possam atenuar os problemas, como essas que apresentamos ao projeto do IPVA.

Não posso concordar, Sr. Presidente, com a alíquota de 4% para os veículos. Isso representa um reajuste de 33,33% no IPVA. A nossa Bancada fez uma proposta progressiva, que temos condições de justificar. Gostaria de ler agora a nossa justificativa: "A Constituição da República, refletindo no capítulo da ordem tributária o princípio de isonomia, assegura que o contribuinte será tratado de acordo com sua capacidade econômica. Ora, em se tratando de imposto direto e de natureza patrimonial, a aplicação do princípio da capacidade contributiva impõe critérios de progressividade. É o que determina o art. 145 da Norma Fundamental, em seu § 1º: 'Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte'. Como o projeto originalmente apresentado pelo Poder Executivo não atende a estes princípios, encaminhamos a presente emenda, no intuito de conferir a nossa legislação relativa ao IPVA a devida consonância com o espírito constitucional".

A oposição que faço, caros Deputados, tem sido muito mais no sentido de sermos uma bancada que tem responsabilidade ao fazer oposição, ao contrário da orientação que recebemos, no momento da campanha, quando meu partido, com toda a sua grandeza, havia nos orientado para que fôssemos oposição crítica. Não entendi o que significava isso, e ainda não estou entendendo. Lutei incansavelmente para que a nossa bancada fizesse uma proposta. Por isso nós a encaminhamos, mas lamentavelmente foi rejeitada.

Gostaria de trazer alguns itens de nossa proposta.

Os Deputados que estão atentos a essa obstrução sabem por que agimos assim. Fazemos essa obstrução, Sr. Presidente, caros colegas, porque queremos a inversão da pauta, para discutir a questão do IPVA. É por isso que encaminhamos um requerimento. O Deputado Ronaldo Vasconcellos melhorou um dos itens, que até já foi aprovado. A sua proposta já foi aprovada em consonância com a nossa bancada. Ela teve também a minha aprovação, apesar de a senha não ter sido registrada. A Bancada do PT, que se faz presente, votou integralmente, de acordo com as propostas que apresentamos.

Vou ler alguns itens da emenda ao Projeto de Lei nº 1.425/97. (- Lê:)

"Dê-se ao art. 10 a seguinte redação:

Art. 10 - As alíquotas do IPVA não excederão os limites abaixo indicados:

I - 3,0% para automóvel, veículo de uso misto, veículo utilitário e outros não especificados neste artigo, com potência acima de 1.600 cilindradas;

II - 2,5% para os veículos mencionados no inciso I, com potência acima de 1.000, até 1.600 cilindradas;

III - 2,0% para os veículos mencionados no inciso I, com potência até 1.000 cilindradas;

IV - 2,0% para veículos destinados à locação, de propriedade de empresas ou pessoas físicas locadoras de veículos ou na sua posse por força de contrato de locação mercantil, exceto aqueles sujeitos a alíquotas menores;

V - 2,0% para caminhonete ou caminhão de carga "picape", furgão e veículos automotores rodoviários com autorização para transporte público de passageiros;

VI - 1,0% para ônibus, microônibus, caminhão e caminhão-trator;

VII - 1,5% para motocicleta, motoneta, triciclo, quadriciclo e ciclomotor, com potência acima de 150 cilindradas;

VIII - 1,0% para motocicleta, motoneta, triciclo, quadriciclo e ciclomotor, com potência até 150 cilindradas;

§ 1º - As alíquotas referidas neste artigo serão reduzidas em 25%, quando se tratar de veículo movido a álcool.

Foi neste particular a contribuição do Deputado Ronaldo Vasconcellos, com a qual já havíamos concordado.

§ 2º - As alíquotas referidas neste artigo serão elevadas em 25%, quando se tratar de veículo automotor de fabricação estrangeira.

§ 3º - Para definição de veículos citados neste artigo, serão observadas as normas técnicas dos respectivos fabricantes ou, na sua ausência, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Quero cumprimentar o Deputado Ronaldo Vasconcellos, que melhorou, nesse aspecto, as propostas que havíamos apresentado. Gostaria de, em outra oportunidade, ao encaminhar outro requerimento, se assim desejar a bancada do partido, poder falar mais sobre a emenda que acrescenta alguns incisos ao art. 10. Ainda há tempo para dizer que votamos de acordo com nossa bancada. Também participei disso. Muito obrigado, Sr. Presidente, por ter concedido, muito gentilmente, esse espaço para todos nós. Muito obrigado, Srs. Deputados.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Adelmo Carneiro Leão.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputada Elbe Brandão, essa questão que estamos discutindo tem uma série de variáveis que merecem uma análise detalhada e aprofundada. As reflexões que pudemos fazer sobre elas colocam-nos numa situação de desafio, no sentido de nem permitir a votação do IPVA nesta Assembléia.

Em relação a essas variáveis, quero fazer as seguintes considerações: primeiro, a atitude do Executivo, do Governo, especificamente da Secretaria da Fazenda, ao elaborar as guias de arrecadação e enviá-las aos contribuintes antes de qualquer votação nesta Assembléia Legislativa, constituiu uma agressão, numa intervenção do Poder Executivo na Assembléia Legislativa, que resultou, inicialmente, na atitude correta do Presidente desta Casa em retirar da pauta o projeto encaminhado pelo Governo para a elevação do IPVA.

Quero destacar, em relação a essa análise, um texto do jornal "Estado de Minas" de ontem, que, na minha concepção, faz a avaliação correta: "A atitude do Secretário de Estado da Fazenda de humildade ao reconhecer o erro, mas nem tanto, ao reconhecer que deveria ter feito as guias de arrecadação, não pode nos satisfazer com um pedido de desculpas. A atitude foi realmente arrogante, indevida, precipitada e onerosa para o Estado de Minas Gerais". Por esse motivo, e somente por ele, no meu entendimento, as lideranças partidárias não deveriam ter aceitado o retorno da proposição para esta Assembléia Legislativa.

Quero reafirmar a posição do PT, estabelecida no encontro de Líderes: manteremos o nosso voto contrário à recondução do projeto ao Plenário. Só este fato seria suficiente para afirmação definitiva desta Assembléia, para não permitir o retorno da proposição à Assembléia de Minas Gerais.

Infelizmente, a manifestação, o gesto de colaboração dos Líderes foi também um gesto no sentido de reduzir e diminuir a força da Assembléia Legislativa, a sua independência. Quero reafirmar essa posição. Considerando o retorno da proposição à Assembléia Legislativa, temos também muitas outras variáveis a serem analisadas.

O PT discutiu exaustiva e detalhadamente a proposta do Governo, e nós avaliamos que, principalmente na faixa de carros populares até o limite de R\$10.000,00, não é aceitável nenhuma elevação de alíquota na cobrança do IPVA.

Não iremos aprovar e não facilitaremos nenhum encaminhamento com o objetivo de elevar a taxa de IPVA sobre os carros populares até o limite de R\$10.000,00. Não posso aceitar a alegação dos governistas de que esse limite abrangeria 90% da frota do Estado. Esse não é um argumento que nos convence. Se a maioria dos carros de Minas Gerais está dentro dessa faixa, é sinal de que a população está empobrecida e não tem condições de ter carro novo ou carro melhor, e tem que transitar com sua Brasília, com seu Corcel, com seu carrinho velho. Esses transitam em ruas congestionadas e, principalmente, em rodovias, que não têm conservação, sinalização, não têm o mínimo de estrutura para garantir a vida. Portanto, não nos convence a nos aliar ao Governo para votar favoravelmente a qualquer elevação de alíquota para os carros populares. Num gesto de compreensão de que a situação do Estado é grave, de que é necessária a arrecadação imediata de mais recursos, estamos admitindo votar que a alíquota seja elevada para proprietários de melhores carros e, seguramente, melhor condição de vida. Poderão sacrificar um pouco de sua renda e contribuir para a melhoria da arrecadação do Estado.

Estamos admitindo a elevação da alíquota de 3% para 3,5% para os veículos de R\$10.000,00 até R\$15.000,00, e somente acima de R\$15.000,00 a elevação para 4%. Esse é nosso limite de aceitação para essa proposta. Temos discutido com o Presidente desta Casa e com os representantes do Governo que não é essa a forma de melhorar a situação do Estado, pegar as pessoas que não têm saída e cobrar delas cada vez mais impostos. É preciso entender que existem outras formas de cobrar impostos, e precisamos cobrar daqueles que podem pagá-los. Num Estado onde o nível de sonegação atinge 50%, não podemos admitir que aqueles que não têm saída acabem pagando cada vez mais. O que entendemos é que, se o Estado melhorar sua eficácia na tarefa de cobrar daqueles que podem e devem, teremos a solução do problema.

Não podemos imaginar uma reforma tributária às avessas, cobrando cada vez mais dos que menos podem, para sustentar a ganância, a fome incontrolável desse Estado, que gasta cada vez mais recursos em questões que têm muito pouca serventia para o interesse da sociedade. O que queremos e o que estamos dispostos a fazer é sentar com todos os parlamentares, de todos os partidos, para discutir uma reforma tributária séria e uma nova estrutura, capaz de garantir a esse Estado a arrecadação necessária e suficiente para assegurar a sua função básica de atender melhor, com mais agilidade, presteza e competência. Para construir um Estado diferente deste e atender a um projeto diferente do que está aí, estamos dispostos a nos debruçar sobre todos esses desafios para encontrar as melhores soluções. Mas não vamos, definitivamente, ceder um milímetro a mais, um tostão a mais,

um centavo a mais, no sentido de permitir a cobrança de qualquer valor acima do que estamos propondo em relação ao IPVA. Se os representantes do Governo acharem que, nesse nível de contribuição, podemos colaborar com a melhoria da arrecadação imediata, entendemos que isso significará muito pouco, mas é um muito pouco daqueles que podem um pouquinho mais, e estaremos votando no limite da emenda que propusemos.

Estou ocupando esta tribuna para dizer categoricamente que o PT, em relação a essa proposição, não cederá nem um centavo a mais.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Paulo Pettersen.

O Deputado Paulo Pettersen - Sr. Presidente, Srs. Deputados, é público e notório que V. Exa. é testemunha maior desse acompanhamento do PMDB, do seu posicionamento, na pessoa do nosso grande Líder, Deputado Anderson Aduato, e do comportamento do partido ante essa agressão, ansiedade e falta de criatividade do Governo, que só pensa em aumento de impostos para solucionar os problemas de Minas Gerais. Essa, realmente, não é a saída; muito pelo contrário, o aumento de impostos incentiva a sonegação. Mas temos que procurar o entendimento de todos os parlamentares, independentemente do partido a que pertençam. Até mesmo os do Governo têm a preocupação - tenho a certeza disso - de que as coisas não podem ser como estão no projeto. Elas têm, realmente, que ser mexidas. É para isso que existem bancadas de "n" agremiações nesta Casa. A sociedade mineira não comporta a carga tributária, e o Governo insiste em passar por cima da inflação. Se tivermos que dar um aumento, então, vamos fazê-lo pela inflação. Mas o Governo insiste nesse aumento de 33%. Sr. Presidente, Srs. Deputados, pela inteligência desta Casa, não podemos jamais acatar esse projeto e votá-lo como está.

Não sei se a vinda do Secretário da Fazenda está movimentando os parlamentares da base de sustentação do Governo para a aprovação do projeto, sendo que o próprio Secretário extrapolou a conveniência do Poder Legislativo. V. Exa., Sr. Presidente, teve a sabedoria de interpelar aquele Secretário na hora exata, retirando o projeto da pauta; e as Lideranças, automaticamente, convocaram-no a vir a esta Casa. Todos nós, independentemente de Partido, desaprovamos a atitude do Secretário da Fazenda. Ele foi além das fronteiras; mexeu num Poder que não era seu. O Legislativo tem que ser independente e não pode sofrer esse tipo de agressão.

Sabemos das trapalhadas do Governo com relação à crise da PM e na época das enchentes. Nós, Deputados, estávamos presentes, mas o Governador estava fazendo turismo. Temos que acabar com isso; temos que mudar a filosofia e o comportamento que não condizem com um representante do povo.

V. Exa., que ocupa essa Presidência pela segunda vez, para orgulho de todos nós, tem que dar o norte ao Governador do Estado, porque sua assessoria está realmente capenga. V. Exa. tem que mostrar o rumo ao Governo para que ele caia na realidade e tome a postura esperada de um dirigente dos destinos do povo. Minas sempre deu esse exemplo para o País, mas o que estamos vendo são trapalhadas e mais trapalhadas do Governo.

Essa ansiedade por cobranças e aumento de impostos, como da alíquota do óleo diesel, vai incentivar empresários da fronteira de Minas com Goiás a deixarem de comprar combustível em Minas para comprar em Goiás. Ora, o que estamos ganhando com isso?

É isso que V. Exa. tem que mostrar ao nosso Governador, que talvez não tenha conhecimento da área empresarial. Como condutor desta Casa e nosso orientador, que leve luz ao nobre Governador. Seu gesto será de grandeza, Sr. Presidente.

Sinceramente, Deputados, ficamos apreensivos com toda essa situação e também com o problema da COPASA-MG. O PMDB é frontalmente contra o aumento de impostos. Não podemos repassar para a sociedade, o trabalhador, o consumidor o ônus dos impostos sobre o óleo diesel. Todos sabemos que essa cobrança sempre recai sobre o produto final.

Precisamos ficar atentos a isso, pois seremos cobrados amanhã. Não podemos pactuar com essa irrealidade: se vivemos numa inflação de 5% ao ano, como é que vamos, agora, acatar um projeto que traz um aumento de 33% sobre a alíquota do IPVA?

Quero agradecer-lhe, Sr. Presidente, a paciência. Todos nós reconhecemos sua inteligência e gostaríamos, de todo o coração, que V. Exa. é que estivesse no Palácio da Liberdade. Talvez Minas não passasse por vexame por que vem passando.

Não que o Governador seja um sujeito mau, mas está sendo mal assessorado, tendo um péssimo Governo e condições mínimas. Acho que qualquer um, principalmente V. Exa., teria condições de administrar o Estado, que está sendo pessimamente administrado. Os recursos do povo mineiro estão sendo mal empregados.

Tenho a certeza, Sr. Presidente, de que V. Exa. vai contribuir com todos nós para fazer com que o Natal do povo mineiro não seja cheio de surpresas, afrontas e imposições, seja um Natal equilibrado, buscando a realidade e corrigindo essas alíquotas. Tenho dito, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Durval Ângelo, solicitando a retirada de tramitação do seu requerimento de inversão de pauta. A Presidência deferiu o requerimento, de conformidade com o inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno.

Questões de Ordem

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, nossa questão de ordem, antes de prosseguirmos a votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.550/97, que dispõe sobre a COPASA-MG e dá outras providências, é para retomarmos uma discussão iniciada sábado, à tarde. Naquele dia, num acordo de lideranças, conforme nosso Regimento, decidimos retirar todos os requerimentos relativos ao Projeto de Lei nº 1.550/97 e não votá-los no sábado, porque o trabalho de obstrução - e o Deputado Péricles Ferreira está aqui para confirmar - não impediria que o projeto, até as 10 horas, estivesse em condições de ser apreciado nas comissões. Queremos registrar a importância que o Regimento confere ao acordo de lideranças, que é uma forma de agilização do processo, busca de entendimento e, quem sabe, até de consenso.

Mas isso não elimina nossa posição contrária ao que o Governo está fazendo com a COPASA-MG, como já fez com a CEMIG. Foi uma grande trapalhada a questão da CEMIG. Hoje, o valor patrimonial da empresa é menor, em virtude das amarras que o sócio estratégico estabeleceu. O Governo não privatiza a CEMIG, acredito eu, não tanto pelo desgaste político, nem por problemas de relacionamento com o grupo helista, mas porque, se houver a privatização, o preço da CEMIG não vai atingir o ágio que empresas do Nordeste ou empresas menores do Sul atingiram, e aí ficaria evidente a política entreguista do Governo, a grande trapalhada que a sua equipe econômica fez. Aí, sim, haveria um ônus político enorme.

Quero deixar bem claro, também, que, com a COPASA-MG, a tendência é acontecer o mesmo. Hoje temos um Governo que é subserviente não somente aos ditames do Governo Federal, à política neoliberal incrementada por ele, mas também a essa lógica perversa de colocar o público a serviço do privado, o que vemos claramente no caso da CEMIG.

São duas empresas excelentes, que têm trazido grande contribuição à política social e até à política eleitoral do Governo. Estamos percebendo que a lógica da prestação do serviço social, tanto da CEMIG como da COPASA-MG, não está sendo levada em conta. Trata-se de duas empresas que têm tecnologia de ponta e reconhecimento internacional pelos técnicos, pelo investimento na área de pesquisa e pelas soluções criativas que encontraram. Então, erra o Governo Eduardo Azeredo ao pretender jogar a COPASA-MG no mesmo caminho da CEMIG.

Sr. Presidente, o acordo de lideranças não elimina que estejamos falando contra essa privatização. É um absurdo também o Governo tentar incorporar o Fundo de Saneamento ao patrimônio da COPASA-MG. Trata-se de uma violência contra muitos municípios mineiros que possuem sistema próprio de tratamento de água e esgoto e que possuem os seus SAEs municipais. Na nossa compreensão, isso é totalmente inconstitucional. Hoje, a COPASA praticamente administra todo esse Fundo, em flagrante desrespeito à legislação estabelecida por esse mesmo Fundo.

Agora, se o Governo pretender incorporar ao patrimônio da COPASA esse Fundo, vai praticamente forçar muitos municípios mineiros a passar as suas concessões para a COPASA - que não será a COPASA de hoje, mas será a COPASA já entregue às mãos da iniciativa privada, provavelmente com um futuro sócio estratégico como a CEMIG.

É um absurdo. Queremos denunciar que esses acordos não se fazem sem prejuízo ao erário público. Alguém tem que ser responsabilizado e pagar por isso. Vejam bem: bom será se outros expedientes escusos não estiverem presentes num processo como esse, de venda de ações para abertura de capital da COPASA. Queremos deixar bem claro que o Governador Eduardo Azeredo, em última instância, tem responsabilidade por esse crime.

É bom que se diga ainda que nem entre os dirigentes da COPASA há uma posição consensual. Na ocasião da discussão da abertura do capital, vários diretores e funcionários se posicionaram contra. O próprio Presidente da COPASA, Sr. Ruy Lage, há cerca de nove meses, aqui na Assembléia Legislativa, repudiou insinuações do Secretário da Fazenda e do Sr. Vice-Governador do Estado, que é testa-de-ferro do capital internacional e das políticas neoliberais, de que na COPASA haveria abertura de capital. Segundo eles, ela não seria privatizada e não venderia ações.

O Presidente da COPASA ainda disse que a empresa era altamente lucrativa e que se mantinha praticamente com todo o seu trabalho e investimento com a sua prestação de serviço, não precisando recorrer ao erário público para fazer a sua política com base na água e no esgoto. Vemos claramente que dentro do Governo há contradições quanto à questão da privatização da COPASA.

Perguntaria aos Deputados que aqui estão: podemos continuar assistindo a tudo isso inertes? Os Deputados da bancada Governista diziam, com relação ao CREDIREAL, que ele dava um grande prejuízo e que tinha um buraco enorme. Quanto ao BEMGE, idem. Agora, com relação à CEMIG e à COPASA, esse discurso não pode ser feito.

Quero saber se cada um dos Deputados terá a coragem, no ano que vem, de olhar o seu eleitor e dizer: você está pagando contas de água e de luz maiores, porque temos sócios estratégicos na COPASA e na CEMIG. Eles já têm a remuneração garantida do capital investido. O risco quanto ao investimento é zero. Quero saber dos Deputados como vão fazer os Prefeitos agora. Mais de 100 Prefeituras passaram seus serviços para a COPASA, como concessionária pública. Como ficarão com a privatização? O custo do serviço vai aumentar muito, onerando essas pequenas comunidades. Será que uma empresa privada faria uma política social em Goiabeiras, por exemplo? Claro que não. O poder público vai continuar investindo nessas cidades. Passamos o "filet mignon" para a iniciativa privada e a carne de peçoço para o poder público. Vamos ter conseqüências terríveis nesse caso. De alguma forma, vamos ter resultados imediatos para as condições de sobrevivência das populações carentes do nosso Estado.

O Deputado Anderson Adaute - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaríamos de abordar a mesma questão da COPASA, pois vamos entrar agora no processo de votação desse projeto. Acho importante debruçarmo-nos um pouco mais sobre essa questão. Muitos parlamentares não gostaram de algumas decisões decorrentes do projeto da CEMIG, como o acordo de acionistas. Nós, do PDMB, somos contra esse projeto, e iremos usar todos os artifícios para que ele não seja votado. Se por acaso não conseguirmos segurar sua votação, entendemos que seria bom se pudéssemos pelo menos melhorá-lo. Poderíamos incluir uma emenda ressaltando que qualquer acordo de acionistas que venha a ser feito, nesse projeto de abertura de capital, viesse novamente para ser votado nesta Assembléia. Achamos que o acordo de acionistas feito na CEMIG foi extremamente prejudicial à economia mineira. Por isso, confesso que houve um lapso por parte da Assembléia, poderíamos ter influenciado melhor a forma como foi conduzido o processo de privatização branca da CEMIG. Gostaria de estudar melhor a questão da COPASA. Estamos tendo uma nova oportunidade de revê-la. Acho que a questão da COPASA é mais séria, exatamente porque temos a certeza de que vão entrar também na COPASA os chamados sócios estratégicos, como aconteceu na CEMIG. No meu entendimento e na minha avaliação, essas pessoas passarão a exercer direitos na composição acionária, na composição da Diretoria Executiva, na composição do Conselho de Administração. Não vejo nenhuma probabilidade, nenhuma chance de algum município, de algum distrito, de alguma localidade perdida ter água não sendo a COPASA a detentora da concessão. Embora seja 100% estatal e tenha um compromisso social, não consegue avançar da maneira como gostaríamos. Por isso, disse, no último pronunciamento que fiz a respeito da COPASA, que tinha a certeza de que a maioria absoluta dos Deputados desta Casa já tinha ido, alguma vez, a essa empresa para solicitar a implantação de água ou esgoto em alguma localidade deste nosso Estado.

É um equívoco sem precedentes achar que a COPASA não está caminhando na velocidade que gostaríamos. É importante dizer que o Governo, como um todo, está investindo muito menos do que a COPASA. Hoje ela é uma das poucas áreas que funcionam, talvez seja a única empresa mineira que esteja fazendo alguma coisa no interior. A ação do Governo do Estado que vemos no interior é, exatamente, por parte da COPASA.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é um equívoco muito grande acreditarmos, que, a partir do momento em que permitirmos a abertura de capital, a empresa vai ser mais eficiente, mais capaz e que vai ter melhores condições de levar água e esgoto àquelas pequenas localidades do interior. Isso só vai acontecer porque água e esgoto são absolutamente necessários, mas não haverá lucro.

Srs. Deputados, fica aqui, mais uma vez, um apelo para que a gente possa votar de forma contrária. Fica aqui o apelo para que utilizemos todos os mecanismos necessários a fim de que o Governo do Estado não atinja os seus objetivos. É uma injustiça para com Minas Gerais o que está acontecendo. O Governo está gastando muito mal os recursos públicos. Esse modelo que o Governo de Minas está adotando, o de acabar com os ativos do Estado e vender todo o seu patrimônio, já está exaurido. Temos de salvar algumas coisas que funcionam muito bem no nosso Estado. Quem pode aqui levantar a mão e dizer que a COPASA não funciona bem? A COPASA é um exemplo. É uma desculpa esfarrapada achar que abrindo o seu capital vamos torná-la mais eficiente. É um engano terrível.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de fazer um último apelo para que os companheiros entendam a importância desse projeto que iremos votar agora, um projeto extremamente nocivo à sociedade mineira.

Quando o Governo anunciou o projeto de privatização, colocamos que ele passaria para a história como o Governo mais entreguista que o Estado já teve.

Não me assusto nem um pouco. Fico, inclusive, satisfeito ao ver que o atual Governador Eduardo Azeredo está bem nas pesquisas. É ele que queremos. É com ele que queremos disputar as próximas eleições. É fundamental que seja com ele. E quando ele for em cada município mineiro, vamos poder dizer: é este o que entregou todo o patrimônio mineiro. É este aí que não está governando direito; é este aí que, ao faltar recursos, coloca a mão no bolso do contribuinte mineiro. E vai fazê-lo mais uma vez.

Quero encerrar dizendo que, neste final de semana, visitei duas cidades. Em todas as duas pude perceber que o povo sabe o que estamos fazendo aqui. Vinham nos parabenizar, dizendo que estamos absolutamente certos. Podemos estar sozinhos, mas pelo menos uma voz tinha de se erguer em defesa dos interesses maiores do nosso Estado, em defesa da economia do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Raul Lima Neto - Sr. Presidente, não poderia deixar de falar, nesse momento, até porque só ouvimos até agora pronunciamentos contrários ao projeto do Governo, e contrários também à abertura do capital da COPASA.

Sr. Presidente, sempre que vou falar nesta Casa sobre a COPASA aproveito a oportunidade, na esperança de que as minhas palavras possam chegar ao coração dos diretores dessa empresa, ao coração dos responsáveis por ela, para sensibilizá-los, para que não continuem fazendo o que estão fazendo.

Entendo que esses sócios estratégicos, como disseram, podem sê-lo no sentido de mudar um pouco o pensamento, a filosofia e a ação dos empresários que estão à frente dessa estatal.

Sr. Presidente, dizer que a COPASA não dá lucro, que faz uma obra social muito grande e que atende 611 concessões, ou seja, quase a totalidade dos municípios, significa que ela é totalmente monopolizadora desse serviço no Estado de Minas Gerais. Dizer isso é aceitar o engano, ou enganar.

Certa vez, este Deputado, quando Vereador em Belo Horizonte, requereu que se instalasse uma comissão parlamentar de inquérito para apurar algumas questões sobre o transporte coletivo em Belo Horizonte.

Depois de ouvirmos os Diretores do SETRANSP, ficamos com tanta pena que o Vereador Rogério Correia sugeriu que fizéssemos uma "vaquinha" para ajudá-los. Na época, segundo o Tribunal de Contas, o SETRANSP tinha um lucro de US\$12.400.000,00, só com o vale-transporte.

A COPASA, embora tenha um lucro muito grande, repassa para o povo, que está sempre em aperto. Mas aqueles que ali trabalham não querem de maneira nenhuma sair, e quando temos a oportunidade de debater com eles, dizem, vaidosos, que a COPASA é uma das melhores empresas do Brasil, no que se refere a lucro.

Mas o mesmo não ocorre na área ambientalista, na área da saúde. Eu diria que a COPASA está sendo a empresa que mais suja os nossos rios e que mais adoce o povo de Minas Gerais. É verdade que ela trata muito bem a água que chega em nossa torneira, mas joga o esgoto nos rios, deixando-os nesse estado, com lixo atômico e lixo hospitalar. Vejam a loucura que é o rio Arrudas! Aliás, não precisa ser nem o rio Arrudas. Há algum tempo foi denunciado que, em Três Marias, a COPASA lançou todo o esgoto do hospital no rio São Francisco, e ela continua fazendo isso. Recentemente, houve uma mortandade de peixes no rio das Velhas, e encaminhamos um requerimento para que se instaurasse uma comissão especial para apurar, na Comissão de Meio Ambiente, aquele desastre ecológico, que causou tristeza, espanto e vergonha no povo mineiro, quando milhares e milhares de peixes coalharam o rio das Velhas. No lugar onde aquela água, aquele caldo corria, viam-se surubins, dourados, curimatãs, piaus debatendo-se e saltando para fora - alguns deles saltando na praia -, querendo respirar. Mas até hoje nada foi apurado. Os órgãos do Governo responsáveis não deram nenhuma resposta à população, e esta Casa, no dever parlamentar que Deus lhe deu, tem mais do que a obrigação de cobrar das empresas ou dos órgãos responsáveis a resposta para o povo de Minas, para o Brasil e para o mundo, porque, na verdade, estamos destruindo o planeta em que vivemos.

Mas podemos deduzir - e essa dedução não é sem fundamentos, mas fundamentada na realidade e nos relatórios dos órgãos ambientalistas sérios deste País e até do mundo - que a COPASA deve ser a responsável pela mortandade dos peixes do rio das Velhas, porque aquele rio, antes de chegar em Várzea da Palma, recebe todo o esgoto do rio Arrudas, onde já promovemos, num ato de protesto, uma descida de canoagem, para a qual tivemos que contar com alguns heróis, todos vestidos com roupas semelhantes às daqueles homens que desceram na lua pela primeira vez, porque os médicos disseram que só o contato com o cheiro do rio Arrudas poderia apodrecer, adoecer, causar hepatite de graus que ninguém entende às pessoas que estavam ali, pois trata-se da água mais contaminada que temos aqui. E essas águas caem no rio das Velhas, caem no rio São Francisco. E nós queremos que a COPASA continue como está?

O Governador está de parabéns, sim, por esse projeto, pois, na verdade, esse é um primeiro chute na bola, para que outras cabeças, para que sócios, agora também responsáveis e com autoridade, possam acabar com esse domínio, com o controle dessa estatal que tem até "lobby" que a defende. Em alguns momentos chego a achar que o que se passa aqui, em grande parte, é um teatro, porque, às vezes, debates são acirradamente levantados mas, depois, vemos que já estava tudo preestabelecido por acordos. Mas acredito que esta Casa, com todos os Deputados, procura uma solução - e uma solução imediata - para o nosso meio ambiente, para o nosso "habitat". Porque o que a COPASA está fazendo, o mal que ela causa, por não ter consciência ou por não ter conhecimento, para não julgar tão severamente os que estão à frente da empresa, é tão terrível que não compensa o tratamento, pela destruição que ela faz. É como varrer a sujeira para debaixo do tapete, pois ela trata a água e a suja e depois tem que tratar com tecnologia bem mais cara, pois está suja demais.

Pudemos ver também, no São Francisco, na minha cidade de Januária, o esgoto que a COPASA joga ali. A COPASA cobra, Sr. Presidente, na conta da água, 50% relativos à água que chega na sua torneira e 50% - podem olhar na conta - relativos à água do esgoto, que ela trata, que sai da sua casa. Só que ela não trata. Ela joga o esgoto fétido, contaminado, atômico, um esgoto tóxico e, que se não tomarmos uma providência urgente, vamos lamentar, mais tarde, por não encontrar uma solução para isso. Já lamentamos agora, Sr. Presidente, a vergonha que essa empresa impingue ao povo mineiro.

Portanto, somos plenamente favoráveis a que se aceite todo tipo de iniciativa no sentido de melhorar, pelo menos, as cabeças da COPASA. Parabéns ao Governador do Estado por esse bom projeto.

O Deputado Antônio Andrade - Sr. Presidente, entendemos que a abertura do capital da COPASA, neste momento, colocando todos os recursos do Fundo de Água e Esgoto na COPASA para serem vendidos, não é solução, de forma nenhuma, para o Estado. O produto dessa venda será usado para renegociação da dívida, para abatimento da dívida e para o PMDI.

Eu, na sexta-feira, argumentei dizendo que o Governo, dessa forma, não vai resolver os seus problemas. Ele está vendendo o seu patrimônio, vendendo tudo o que tem e enviando a esta Casa projetos de aumento de impostos. Nós entendemos que a solução não é essa, pois sacrifica cada vez mais o contribuinte, vendendo o patrimônio que poderia trazer benefícios, principalmente às pequenas cidades do interior de Minas Gerais.

Esse é o primeiro passo para a privatização da COPASA. Após aprovarmos esse projeto aqui, sem sombra de dúvida, a COPASA será privatizada e, depois disso, nenhuma empresa privada terá interesse em ampliar as redes de água no interior de Minas Gerais. E muito menos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de fazer o tratamento do esgoto, das redes de esgoto.

Estamos caminhando, cada vez mais, para o surgimento de grandes dificuldades com a água. Num futuro muito próximo, a água será moeda internacional de troca, devido à dificuldade que temos encontrado a cada dia com ela. E quando a COPASA for passada às mãos do setor privado, a população dos pequenos municípios não terá oportunidade de ter água tratada e, muito menos, rede de esgoto.

Não vejo por que vender uma empresa tão bem administrada como a COPASA. Deixo aqui meu reconhecimento à sua atual diretoria e ao seu Presidente, Ruy Lage, que a tem administrado muito bem. A administração da COPASA é um exemplo para todo o Brasil e também para toda a América Latina. É uma das empresas públicas mais bem administradas que este País tem. Então, não se justifica vender uma empresa porque o Governo não tem que participar de determinados setores. E água é saúde, é básico. Não há por que o Governo, hoje, privatizar a COPASA.

Um dia, aqui, discutindo com o Presidente da COPASA, ele me disse que o Governador é totalmente contrário à privatização da COPASA. Acredito que ele seja contrário. Não é seu pensamento privatizá-la, por sua seriedade. Mas o seu secretariado, principalmente os Secretários da Fazenda e do Planejamento, não têm o mesmo pensamento do Sr. Governador. Ele pensa em vender tudo que tem, para resolver de imediato os problemas do Governo.

Estive pensando hoje que alguns economistas e administradores enganam o povo, exatamente como os governantes enganam o povo. Eles dão uma versão hoje, e poucos dias depois ela é totalmente contrária. A população já não sabe mais em quem acreditar. Acho que, neste País, os economistas são uns grandes enganadores também. Pouco tempo atrás diziam que jamais haveria a abertura do capital da COPASA, por entender o quanto são importantes o esgoto e a água para a população. Alguns meses depois começam a colocar quase R\$600.000,00 à disposição, para ser vendido. Ai, dentro da COPASA vamos colocar uma empresa de capital privado. Quando houver a privatização da COPASA, o Governo não terá nenhum poder de negociação. Será preferível que privatize a COPASA de uma vez, como deveria ter sido privatizada a CEMIG de uma vez só, como ocorreu nos outros Estados. No Rio Grande do Sul, uma empresa dez vezes menor que a CEMIG atingiu um valor muito maior do que as ações da CEMIG. Hoje não temos poder algum de negociação com a CEMIG. Pelo andar da carruagem, sem dúvida alguma, vamos ter de privatizá-la. Vamos ter de vender toda a CEMIG, e assim vai acontecer com a COPASA. Assim, não serão R\$600.000,00 que vão resolver o problema do Estado. Será só uma solução paliativa. É necessária uma reformulação administrativa muito maior. Estamos parecendo aquela empresa familiar em que, quando o pai morre, os filhos começam a arrumar cargos, cada vez mais, para dar diretorias a todos os empresários. Assim, é necessário que o Governo reveja toda a sua política econômica. É necessário rever toda a administração e não, cada vez mais, vender nosso patrimônio, desgastar nossa população, acabando com o acesso à área de saúde pelo povo. Hoje já temos o pior sistema de saúde. A Constituição garante saúde para toda a população, e o SUS, que é o Sistema Único de Saúde, já não consegue resolver a situação. As pessoas ficam dois ou três dias na fila esperando para ser atendidas. Isso não é sistema de saúde de forma alguma.

Grande porcentagem das doenças que temos hoje provém da água contaminada. Os pequenos municípios do interior, do Norte, do Noroeste de Minas e de regiões mais distantes não terão água tratada. Hoje ninguém se aventura a tomar água em qualquer riacho ou rio do País. Então, o tratamento de esgoto será no futuro uma obra prioritária, e não poderemos fazer esse tratamento porque ele estará vinculado ao capital privado. Ninguém vai querer investir onde não tiver lucro.

Em Belo Horizonte, o Governo tem dito que não vai reformar o contrato com a COPASA. Se for privatizada, a COPASA vai ser entregue de graça para o setor privado. Muito obrigado.

O Deputado Marcos Helênio - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a posição da Bancada do PT com relação a esse projeto tem que ficar muito clara. Somos totalmente contrários à abertura de capital da COPASA, da mesma forma que fomos contrários à venda de 33% de ações da CEMIG. Mostrávamos, à época, o prejuízo que seria para o povo de Minas Gerais a participação do capital estrangeiro. Hoje o Estado não tem o controle operacional da CEMIG e, da mesma forma, vai perder o da COPASA, mesmo que não perca o controle acionário. Ai começo a discordar de posições de nacionalistas, ou que pelo menos deveriam ser, por estarem no PDT, como é o caso do nosso amigo Deputado Raul Lima Neto, porque colocar uma empresa de prestação de serviços públicos nas mãos da iniciativa privada é a lógica perversa do lucro, apenas ele. Se a COPASA tem uma função social, que é a de oferecer saneamento básico e água canalizada, dificilmente um parceiro que entre na empresa vai querer fazer obras cujos resultados sejam deficitários. Essas grandes empresas querem o lucro absoluto. É o capitalismo selvagem. Portanto, temos que nos posicionar totalmente contrários. Não somos a favor do corporativismo ou do funcionalismo burocrático, excessivo e de má qualidade. Temos que combatê-los. Esperamos que haja abertura, para que a população possa participar disso. Aproveito também este momento para dizer qual é a posição formal do PT nessa questão.

O Governo Eduardo Azeredo encaminhou à Assembléia um pacote com nove projetos, no início de novembro, numa conhecida prática de encaminhar projetos polêmicos ao término da sessão legislativa. São medidas impopulares, que incluem o aumento de tributos e a entrega do patrimônio público, levando a população a mais sacrifícios.

A obstrução aos projetos é um recurso democrático de impedimento da tramitação, numa tentativa de aprofundar o debate e a discussão para sua votação. Aos representantes do Governo na Assembléia bastava aguardar o encerramento dos recursos regimentais internos para aprová-los tal qual foram enviados à Casa. Nada se discutia ou se modificava nos projetos. A ordem era rejeitar qualquer proposta do PT. Funcionava o rolo compressor, e confiava-se na memória curta do eleitor.

Neste final de ano, a Bancada do PT decidiu forçar a negociação dos projetos, propondo modificações substanciais a eles, aperfeiçoando a legislação, na tentativa de evitar que o peso das medidas recaísse sobre quem tem menor poder aquisitivo.

A "obstrução branca" promovida pela base do Governo para liberação do dinheiro do PADEM e de subvenções aos Deputados atrasou a tramitação de diversos projetos, e passaram a impedir a votação do pacote no Plenário. O PT propôs uma pauta mínima de projetos para negociação. Era preciso adotar nova postura que conduzisse a modificações nos projetos de forma a não penalizar mais uma vez o povo mineiro.

Pela primeira vez, houve uma negociação concreta de projetos, incluindo propostas fora do pacote, como a Proposta de Emenda à Constituição nº 48/97, que cria sete cargos vitalícios para o Conselho Municipal de Contas, a Proposta de Emenda à Constituição nº 30/97, que dispõe sobre as terras públicas destinadas à reforma agrária, e a retirada de todas as iniciativas que prejudicassem o funcionalismo.

Para a Bancada do PT, entre as funções do legislador está a de aperfeiçoamento da legislação. E foi nesse sentido que optamos por essa tática em relação aos projetos. A bancada mantém sua posição contra os projetos que aumentam impostos, penalizam o contribuinte e dilapidam o patrimônio público. Porém, não pode furtar-se à responsabilidade de intervir no processo legislativo para impedir que tais propostas acarretem pesado ônus para a sociedade.

O IPVA, por exemplo, é uma questão na qual temos que nos aprofundar, fazendo a sua discussão. O episódio do IPVA foi mais uma trapalhada do Governo Estadual. A Secretaria da Fazenda, antes mesmo de a lei ser aprovada na Assembléia, distribuiu as guias de recolhimento aos consumidores com aumento de 4%. Foi uma típica demonstração de desrespeito ao Poder Legislativo e principalmente ao contribuinte. O que o Secretário da Fazenda, João Heraldo, considerou um erro, para nós foi um crime de responsabilidade. O Deputado Durval Ângelo encaminhou ao Ministério Público uma representação contra o Governador do Estado por esse motivo.

A Bancada do PT afirmou sua oposição propositiva, se dispondo a dialogar com o Governo com base em princípios e propostas concretas. Até o momento, o Governo está intransigente, demonstrando que a emissão das guias de IPVA não foi apenas um erro e sim uma orientação do Governo, que não quer mudar nada do IPVA para, assim, manter as guias que já foram expedidas.

Aí, sim, é uma questão de honra, pelo menos para a Bancada do PT, que não está aqui movida por interesses pessoais, paroquiais ou influenciada por políticos inescrupulosos. Nossa bancada está aqui defendendo assuntos de interesse da sociedade. Nunca negociamos em benefício próprio.

Fico particularmente muito à vontade para dizer que não faço politicagem, que não faço política rasteira. Além do mais, não serei candidato em 1998, exatamente por causa dessas imoralidades.

A Bancada do PT afirmou sua oposição propositiva, dispondo-se a dialogar, sim, com o Governo. E quais foram nossas conquistas? Conseguimos muito pouco. Na hora de votarmos projetos polêmicos, votou-se, ao contrário, pelo rolo compressor, e estamos aqui apenas a aceitar imposições, como foi o caso da solicitação a esta Casa, por parte do Governador, de abrir mão de seus direitos para fazer uma legislação sobre política salarial. Entregamos ao Governador essa incumbência.

Com relação ao ICMS, conseguimos passar o patamar de isenção de 30kw para 90kw. Sabemos que ainda é muito pouco.

As taxas judiciárias, conseguimos alterar de forma que o pequeno não fosse imediatamente penalizado. Estamos tentando garantir também os recursos para o Fundo Penitenciário. No que diz respeito ao orçamento, conseguimos que o crédito suplementar não ultrapassasse os 10% e conseguimos, ainda, retirar aqueles projetos imorais.

Portanto, não sei sobre qual fundamento alguns Deputados estão se baseando para dizer que facilitamos para o Governo. De minha parte, repito, estou muito à vontade para dizer que em momento algum abrimos mão de nossos princípios. Se algum Deputado do PT fez isso, fez por conta própria e não por decisão da bancada. Assim sendo, não aceitamos nenhum tipo de insinuação. Não aceitamos a insinuação de que o PT está facilitando para o Governo. Estamos, sim, cumprindo nosso papel.

O que realmente queremos propor, neste momento, é o desafio com relação ao IPVA. Ele será votado como o João Heraldo colocou nas guias, ou vamos ter competência para fazer a modificação necessária? Aí é que está o desafio.

Aproveito a oportunidade para pedir desculpas ao Tilden Santiago, que não é Presidente do PT nem veio a esta Casa para influenciar nossa bancada. Saindo de uma operação grave, aqui veio apenas para visitar colegas e, lamentavelmente, não foi bem recebido.

O Deputado Raul Lima Neto - Sr. Presidente, fui citado de forma tempestiva, não diria injusta porque conheço o Deputado Marcos Helênio, um dos Deputados que mais admiro neste País: homem reto, íntegro, temente, não só em seus pronunciamentos como em suas ações. Ele tem sido, para todos nós, o paradigma de um político sério.

Acho que, se não se candidatar a Deputado, ele vai estar deixando uma brecha muito grande, talvez até mesmo irreparável, porque ele é um dom de Deus para a política do Estado de Minas Gerais. Entretanto, ele errou ao dizer que se a COPASA for privatizada, sem dúvida, não se tratará mais das águas, porque não interessa às empresas privadas tratar a água, interessa-lhes apenas o lucro. Sr. Presidente, eis um dos grandes problemas de o Estado assumir funções que não são dele.

O Estado deveria fiscalizar com autoridade. O Estado deveria fazer licitação para tratamento de água e esgoto, exigir o tratamento da água que chega e da água que sai, como ocorre em qualquer país de Primeiro Mundo que se preze. Há uma lei universal.

Sr. Presidente, não estamos sozinhos neste mundo. Somos envolvidos pelo "pneuma-guia", o espírito. Há uma lei de causa e efeito. Quando uma nação destrói o meio ambiente, naturalmente, a tendência se torna também uma tendência poluída. Já dizia um sábio que a corrupção é a vergonha dos povos e a poluição das nações. Quando se vê um rio totalmente poluído, uma empresa jogando esgotos, e ela tem sempre a defesa por ser uma estatal... Às vezes, nós defendemos uma empresa estatal de forma sistemática, pelo simples fato de ser uma estatal.

Por exemplo, este Deputado assinou um documento contrário à privatização da Vale naquela época. Por que privatizar quem vai tomar conta? Será que não será pior ainda? Entretanto, dizer que a COPASA-MG não tem lucro... Senhores, até em Montalvânia a COPASA-MG foi agora. Simplesmente vai tratar a água que chega nas torneiras. Eu fiz um protesto para que, pelo amor de Deus, não deixem a COPASA-MG jogar o esgoto tratado no rio Cochá, porque destruirá um dos rios mais lindos dos cerrados brasileiros.

Ora, uma empresa, sendo estatal, muitas vezes, é um Estado dentro de outro. Tem tanta força, que consegue, às vezes, opor-se às iniciativas do Governo, porque se torna uma espécie de governo, quando não deveria ser assim.

Não estamos dizendo que somos radicalmente a favor da privatização e contrários à continuidade da COPASA-MG como estatal. Somos contrários à continuidade dessa mentalidade da COPASA-MG, porque polui os rios, e a poluição é igual à corrupção. Sentimos paz quando podemos contemplar nossos rios lindos - porque o rio traz paz, lazer, descanso,

prosperidade e abundância. Se o meu povo me escutasse, a sua paz seria como a de um rio. Há uma ética ambientalista bíblica que diz que não se joga nenhum tipo de coisa suja em rio. Vejam que em Israel há um único rio, chamado Jordão.

Quando cuidamos do meio ambiente, porque os rios são vivos, evidentemente, há uma resposta de Deus. A natureza não somente se vinga, também retribui. Talvez o nosso povo sofra muito, como uma vingança da natureza pela ação dessa empresa poluidora e irresponsável, que é a COPASA-MG.

O Deputado Anderson Aduato - Sr. Presidente, Srs. Deputados, antontem recebemos o ex-Presidente do PT, e não foi minha intenção, de forma nenhuma, tratá-lo mal. Muito pelo contrário, aproveitei a oportunidade e solicitei a ele que estivesse presente no Salão Vermelho, para tomar um café. Não tenho, exatamente no momento em que a posição do PMDB converge para a posição que o PT sempre assumiu na Assembléia Legislativa, num momento desse, em que nossas posições se encontram, não existe, por parte do PMDB, a intenção de entrar numa rota de colisão com o PT. Seria desastroso, pela estratégia que adotamos, fazer isso nesta hora.

Aproveitamos a oportunidade, embora não tenhamos sido citados, para dizer que compreendemos as explicações dadas pelo Líder do PT nesta Casa, Deputado Marcos Helênio. Se há uma coisa que sentimos no seu comportamento, nesses três anos de convívio, é sua decisão de não participar mais do processo eleitoral, e essa é a única posição de S. Exa. com a qual não concordamos. No mais, só temos elogios à sua atuação e à de todos os parlamentares do PT na Assembléia Legislativa. Então, em momento algum, gostaria de criar um clima de transtorno com o PT. Muito pelo contrário. Sinto por não termos tido a oportunidade de sentar e discutir antecipadamente a posição que, talvez, o PT e o PMDB teriam tomado antes da negociação que o PT fez com a base do Governo, estipulando a pauta mínima. Confesso que talvez tenham faltado, por parte do PMDB, as condições de dar a certeza de que o PMDB estaria, até o fim, nesse processo, tentando impedir a votação do aumento de impostos, de alíquota e do IPVA. Se o PMDB tivesse tido a oportunidade de discutir com o PT antes de este partido estabelecer, com a base do Governo, a pauta mínima, talvez estivéssemos numa outra direção.

Entendo o PT e sua preocupação séria e constante na defesa do funcionalismo público, mas não aceitamos participar do acordo da pauta mínima, exatamente porque não bastava, na nossa avaliação, resolver a questão dos funcionários públicos de Minas Gerais. Era importante que toda a sociedade mineira fosse contemplada. E, no nosso entendimento, defender a sociedade mineira, nesse processo de votação do pacote do Governo, implica estar contra todos os projetos, de forma indistinta. No caso de todos os projetos que estiverem na pauta, procuraremos utilizar todos os mecanismos que o Regimento Interno nos oferece. O Deputado que me antecedeu demonstrou, de forma clara, o seu conhecimento. E o atual período está servindo para muita coisa, inclusive para que alguns Deputados passem a ter pleno conhecimento do que está no Regimento Interno. O momento é rico, de definições, e todos estamos aprendendo.

Para encerrar minhas colocações, gostaria de dizer à Casa e, principalmente, ao PT, o profundo respeito que temos pela sua bancada. De forma alguma, procuraremos entrar numa rota de colisão.

No meu entendimento, o que precisava ser dito sobre a estratégia adotada por um ou outro partido já foi dito. Nada mais precisa ser falado nesse sentido. Espero chegar até o final do processo de votação sem ter que voltar à questão que o partido adotou, ou que outro tenha adotado. A postura do PMDB é essa.

Nesse final de semana, tivemos a oportunidade de viajar. Todos os Deputados do PMDB conseguiram sair de Belo Horizonte e chegaram às suas respectivas bases. Pudemos verificar que a estratégia que o PMDB tomou foi compreendida por todos. Isso é o que basta. Cada partido representa na Casa um segmento da sociedade, tem a sua posição e sabe o que deve fazer. Estamos chegando a mais um ano eleitoral extremamente duro, e não há necessidade de relembrar a cada Deputado o comportamento que se deve ter. Mas, lá fora, existe uma sociedade que não suporta mais aumentos de impostos ou de carga tributária. Temos a certeza de que o Deputado que votar a favor terá a sua posição gravada não só na Assembléia Legislativa, mas também na mentalidade de todos os eleitores.

Temos a certeza de que o eleitor saberá diferenciar. Ninguém pode imaginar a satisfação que nós e o PMDB temos por estar nesse processo de obstrução. Vamos encaminhar e votar contrariamente a esse projeto, que não acrescenta absolutamente nada para a sociedade mineira. Muito pelo contrário, ele tunga e tira mais recursos dos consumidores, que já estão exauridos com relação a pagamento de impostos, taxas e emolumentos. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Prosseguimento da votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.550/97, do Governador do Estado, que dispõe sobre a COPASA-MG e dá outras providências. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Administração Pública opinou pela sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública, que opinou pela rejeição das Emendas nºs 1 a 4. Vem à Mesa requerimento do Deputado Gilmar Machado, em que pede sejam votadas de forma destacada as Emendas nºs 2 e 4. A Presidência defere o requerimento em conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. Em votação, o Substitutivo nº 1, que recebeu parecer pela aprovação, salvo emendas e destaques. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita aos Deputados que ocupem seus lugares.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 39 Deputados; votaram "não" 8 Deputados, perfazendo 47 Deputados. Está, portanto, ratificada a aprovação do Substitutivo nº 1, salvo emendas e destaques.

Questões de Ordem

O Deputado Durval Ângelo - Como estabelece o Regimento Interno no que se refere ao processo de votação eletrônica, qualquer Deputado poderá solicitar a impressão do resultado do painel até uma hora após a votação. Solicito essa listagem para a Bancada do PT.

O Deputado Geraldo Rezende - Gostaria de declarar meu voto favorável à abertura do capital da COPASA-MG, não porque morra de amores por ela nem acredite nela. Entendo que cada município deve ter autonomia na distribuição de água e tratamento de esgotos.

O Sr. Presidente - A Presidência alerta o ilustre Deputado Geraldo Rezende de que poderá fazer sua declaração de voto no final da votação. Estamos ainda em processo de votação.

Em votação, a Emenda nº 1, que recebeu parecer pela rejeição. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação, a Emenda nº 2, destacada, que recebeu parecer pela rejeição. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Em votação, a Emenda nº 3, destacada, que recebeu parecer pela rejeição.

Questão de Ordem

O Deputado Anderson Aduato - Sr. Presidente, existe um interesse nosso em votar a favor da emenda. Gostaria que o senhor explicasse a forma da votação para os Deputados que têm interesse em votar favoravelmente.

O Sr. Presidente - Com relação à forma de votação, a emenda foi destacada, tem parecer pela rejeição. Os Deputados que desejarem aprová-la, no momento da votação, deverão permanecer assentados, e os que quiserem rejeitá-la deverão levantar-se. Vamos solicitar à Sra. Secretária que proceda à leitura da Emenda nº 3.

A Sra. Secretária (Deputada Maria Olívia) - (- Lê:)

"Emenda nº 3 ao Projeto de Lei nº 1.550/97 - Dá nova redação ao art. 1º do projeto.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aumentar e integralizar o capital social da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA-MG - no valor de 50% do patrimônio do Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Estado de Minas Gerais - FAE-MG -, subconta do Fundo Estadual de Saneamento Básico - FESB".

Era o que tinha que ser lido, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Ronaldo Vasconcellos.

O Deputado Ronaldo Vasconcellos - Gostaria de chamar a atenção dos Deputados para a importância dessa emenda. Só não vou entrar em detalhes para não deixar determinados Deputados governistas constrangidos, mas, se necessário for, por uma discussão plenária, serei obrigado a fazê-lo.

O Governador assinou uma mensagem - se a TV puder focalizar -, determinando a transferência parcial, que é de 0,1% a 0,99% até o total, que é de 100%, do Fundo de Financiamento de Água e Esgotos para a COPASA-MG. Os técnicos que redigiram o projeto de lei aproveitaram essa brecha dos 100% e estão querendo fazer a transferência total do Fundo de Água e Esgotos para a COPASA-MG.

Se isso for votado do jeito que querem os técnicos do Governo - não o Governo, não o Estado de Minas Gerais -, o BDMG, que tem no Fundo de Financiamento de Água e Esgotos cerca de 25% dos seus recursos, vai enfraquecer sobremaneira. O BDMG precisa do FAE para ser administrado. Se for transferido tudo para a COPASA-MG, os municípios mineiros - e faço um apelo aos dez Deputados da bancada norte-mineira, que querem defender o Norte de Minas -, principalmente os do Norte, não terão a possibilidade de buscar no BDMG esses recursos financeiros. Só vão poder buscá-los na COPASA-MG se entregarem a ela essa transferência total. Isso é muito importante para os Deputados do Norte de Minas, como também para todos os outros que trabalham com as pequenas cidades. A COPASA-MG faria, então, uma camisa-de-força.

É preciso entender, meus amigos, minhas amigas, que este Poder não é homologatório. A Assembléia Legislativa não pode carimbar tudo aquilo que o Governo manda. Temos de melhorar o projeto de lei do próprio Governador do Estado. E é o que queremos fazer, Sr. Presidente.

Queria pedir o exercício de cidadania, de mineiridade de cada um dos Deputados, das Deputadas. Quando vamos vender uma boiada, não podemos entregá-la toda de uma só vez. Se o contrato prevê uma entrega parcial, vamos usar o espírito mineiro de entregar, parcialmente, o Fundo de Água e Esgotos para a COPASA-MG, que ficaria fortalecida e poderia ser privatizada. Vamos preservar o BDMG e dar condições aos pequenos municípios mineiros de buscar esse Fundo e não ser obrigados a entregar para a COPASA-MG o poder de financiamento e para dar o poder de concessão.

Faço um apelo aos Deputados para que votem favoravelmente à emenda, que é boa para o Governo, para o povo de Minas Gerais, para as cidades do interior. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Para encaminhar a votação, com a palavra, o Deputado João Batista de Oliveira.

O Deputado João Batista de Oliveira - Gostaria de encaminhar pela rejeição da emenda. Gosto muito do trabalho do Deputado Ronaldo Vasconcellos, mas segurar hoje essa parte no BDMG é ajudar a segurar um elefante branco, caro e ineficaz no Estado de Minas Gerais, com média de salários altíssimos. Acho que o esvaziamento do BDMG vai levar necessariamente ao seu fim, que já deveria ter acontecido. Acho que segurar isso é justificar a ação do BDMG, o que, na verdade, é omissão.

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 3. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita aos Deputados que ocupem seus lugares.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 31 Deputados. Votaram "não" 18 Deputados, num total de 49 Deputados. Está, portanto, ratificado o resultado anterior, ficando aprovada a Emenda nº 3. Em votação, a Emenda nº 4, destacada, que recebeu parecer pela rejeição.

Questão de Ordem

O Deputado Anderson Adauto - Sr. Presidente, gostaria que a Emenda nº 4 fosse lida.

O Sr. Presidente - Solicito à Sra. Secretária que proceda à leitura da emenda.

A Sra. Secretária - (- Lê:)

"O art.4º, inciso II, da Lei nº 6.084, de 15 de maio de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘ Art.4º -

II - O produto da alienação referida no parágrafo anterior será obrigatoriamente reinvestido pelo Estado na construção de sistema de saneamento básico".

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 4. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Fica, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.550/97 na forma do Substitutivo nº 1, com as Emendas nºs 2 a 4, ficando prejudicado o Substitutivo nº 2. À Comissão de Administração Pública.

Declarações de Voto

O Deputado Gilmar Machado- Sr. Presidente, de acordo com o art. 254 do Regimento Interno, gostaria de fazer declaração de voto, já reforçando o que foi solicitado pelo Deputado Durval Ângelo.

Em todos os projetos referentes a aumento de impostos e também à questão da COPASA-MG, o Regimento Interno, em seu art. 270, § 3º, inciso IV, prevê a discriminação do nome dos Deputados votantes, os que votaram a favor, contra ou em branco. É essa uma inovação fundamental para o povo de Minas, que poderá saber como cada Deputado está votando.

Agora, os jornais vão poder fazer o placar de Minas, mostrando quem vota de um jeito e quem vota de outro, como fez o jornal "O Tempo", com relação à Proposta de Emenda à Constituição nº 48/97.

É por isso que queríamos registrar como votamos, só que, para fazer essa declaração, não utilizaremos mais o art. 254, que nos facultava fazer, após a votação, a nossa declaração de voto. O art. 254 diz o seguinte: "Após a votação em reunião pública, o Deputado poderá fazer a sua declaração de voto". Então, era para dizer que votei contra e acho que vai ser extremamente importante para o povo de Minas saber como votou cada parlamentar. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - A Presidência apenas quer alertar o ilustre Deputado Gilmar Machado de que o art. 260 trata de votação nominal, e estamos num processo de votação simbólico.

O Deputado Gilmar Machado - Quando é no painel, é nominal, Sr. Presidente, e ali se vota "sim" ou "não". Então, no momento em que foi feita a verificação, passamos para o processo nominal. Antes, a votação era simbólica; quando pedimos verificação, ela se tornou nominal. Portanto, essa declaração à publicidade tem de ser colocada. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Alertamos mais uma vez o ilustre Deputado de que o processo de votação foi simbólico e que foi feita a verificação de votação pelo processo eletrônico. Com a palavra, para declarar voto, o Deputado Geraldo Rezende.

O Deputado Geraldo Rezende - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nesta oportunidade, quero declarar meu voto favorável à abertura do capital da COPASA-MG, por razões ideológicas. Não posso entender como um órgão estatal que atende mal, não progride, não se desenvolve, pode estar assumindo uma das coisas mais importantes dos municípios mineiros, que é a distribuição de água e esgotos. Entendo que, democraticamente, esse serviço deve ser de cada município e, ao abrir o capital da COPASA-MG, cada Prefeito que tiver boa intenção com sua comunidade poderá propor a municipalização do seu departamento de água e esgotos.

Em Uberlândia, temos um departamento de água e esgotos, o DEMA, cujo orçamento é maior do que o de 90% das prefeituras de Minas Gerais. Ele serve bem e tem a taxa mais barata - muito mais barata do que a da COPASA-MG.

Estou aqui para defender o interesse do município. Sou municipalista autêntico e defendo o interesse do município. E quero dizer por que votei favorável a este projeto. Não é preciso ver nenhuma relação ou lista. O Deputado Geraldo Rezende votou favoravelmente à abertura do capital da COPASA-MG, para que os municípios entendam essa filosofia e municipalizem seus departamentos de água e esgotos. Quero deixar bem claro que uma das minhas lutas nesta Assembléia, doravante, será pela responsabilidade do município na distribuição de água e no gerenciamento dos serviços de água e esgotos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Ronaldo Vasconcellos - Sr. Presidente, votei conscientemente pela abertura do capital da COPASA-MG, com as três emendas que haviam sido rejeitadas em comissão.

É importante que entendamos o processo legislativo. A função do Deputado é melhorar o projeto de lei, votando, às vezes, contra; às vezes, favorável. Nossa emenda tem essa clara, nítida, transparente e pública intenção de melhorar um projeto de lei que, na verdade, não obedece à mensagem que o Governador assinou, quando falava em transferência parcial dos fundos de água e de esgotos do BDMG para a COPASA-MG. Votamos três emendas que estão melhorando o projeto que veio do Governador, exercendo, assim, o nosso papel, que é justamente o de melhorar os projetos de lei emanados do Governo do Estado.

Eu gostaria de agradecer realmente àqueles companheiros que votaram, não conosco, mas com nossa idéia, que, repito, é boa para o Governo de Minas Gerais, é boa para o Estado de Minas Gerais e é boa para as cidades de Minas Gerais que ainda não cederam sua concessão para a COPASA, pois elas não terão de usar uma camisa-de-força para ceder essa concessão.

Ficando 50% dos recursos no BDMG, o órgão poderá ser procurado e financiar a cidade. Se o fundo for todo para a COPASA, será aniquilado e só as cidades que tiveram a concessão da COPASA poderão trabalhar com esse órgão. Acho que essa idéia é muito boa. Queria agradecer, mesmo, a todos os companheiros que votaram com a nossa idéia.

O Deputado Anderson Aduato - Votamos de acordo com todos os encaminhamentos que fizemos, contrariamente à abertura de capital da COPASA. O nosso voto, assim como o da maioria dos Deputados do PMDB, foi contrário à abertura do capital da COPASA.

O Deputado Paulo Pettersen - Sr. Presidente, quero declarar que a minha senha está com problema e desde ontem não estou votando. Então, estive na Mesa, conversando com uma assessora, e ela acertou o mecanismo, os números, de acordo com o necessário para tal.

Então, Sr. Presidente, baseando-me na sua boa-vontade, quero deixar claro, patentead, que meu voto é frontalmente contra à abertura de capital da COPASA. Votamos, sim, a favor da emenda do Deputado Ronaldo Vasconcellos, que é benéfica a todos os municípios mineiros. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Votação em 1º turno do Projeto de Lei nº 1.572/97, de autoria do Deputado Péricles Ferreira, que altera a Lei nº 2.422, de 27/12/96, que autoriza o Poder Executivo a realizar operações de crédito com a União para o fim que menciona. A Comissão de Constituição e Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2. Em votação, o projeto. Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Anderson Aduato.

O Deputado Anderson Aduato - Sr. Presidente, Srs. Deputados, teremos, no momento em que formos discutir em 2º turno esse projeto, condições de analisar com mais vagar a questão da evolução da dívida de Minas Gerais. Gostaria de trazer para conhecimento da Assembléia Legislativa e para que fique registrado nos anais da Casa um artigo do "Jornal do Brasil", escrito por Marcos Cintra, que é PhD em Economia pela Universidade de Harvard e Vice-Presidente da Fundação Getúlio Vargas. O título do artigo é: "Covas Faliu São Paulo". (- Lê:)

"Ouve-se, com frequência, uma afirmação que precisa ser desmentida: a de que as finanças do Estado de São Paulo foram saneadas pelo atual governo. O resultado político desejado com este repetido bordão é fazer crer que os sacrifícios que a população paulista está suportando valem a pena, na expectativa de um futuro com recursos para investimentos e melhoria dos serviços públicos estaduais. Nada mais falso.

Shakespeare por certo não errou quando disse que palavras não pagam dívidas. O governo de São Paulo mostrou-se incapaz de passar das palavras à ação no equacionamento de seu passivo. Com um enorme agravante: parou de investir.

Não se trata de avaliar as causas que originaram a dívida de São Paulo. Sempre se encontrarão argumentos que justifiquem, ou condenem, o processo que gerou o endividamento do Estado. Mas o fato a lamentar é que o governo estadual não conseguiu resolver o problema.

Em dezembro de 1994, a dívida do Estado (incluindo BANESPA, NCBN e títulos mobiliários) atingia cerca de R\$20 bilhões. Em maio de 1997, havia saltado para R\$50 bilhões. Em 30 meses, a dívida aumentou cerca de R\$30 bilhões, equivalente a quase dez CPFLs. Em outras palavras, o governo Covas aceitou pagar juros equivalentes a cerca de quatro companhias Vale do Rio Doce por ano.

O mais surpreendente é que a preços de dezembro de 1995, as receitas do governo do Estado aumentaram de R\$23 bilhões, em 1994, para R\$27 bilhões, em 1995, e para R\$28,8 bilhões, em 1996. O orçamento-programa para 1997 prevê receitas de R\$3,7 bilhões e a proposta orçamentária para 1998 indica R\$34,2 bilhões de receitas previstas. No entanto, os

serviços públicos se deterioraram, os investimentos praticamente cessaram e o endividamento explodiu. Onde está, portanto, a eficiência que os apoiadores da atual administração apregoam?

O governo alardeia que renegociou sua dívida. É verdade. Mas o acordo apenas consolidou a explosão do endividamento paulista.

Os termos do acordo com o governo federal, assinado em maio último e recentemente aprovado pelo Senado evidenciam que a dívida do Tesouro Estadual, que em 1994 era cerca de 20% superior à receita anual do Estado, chegou em maio de 1997 a R\$50,3 bilhões, mais de 150% acima da receita anual. Foi um espantoso crescimento de quase 40% ao ano neste governo, ainda que as taxas de inflação tenham caído para níveis civilizados de menos de 10%. E isto tudo sem que os necessários investimentos tivessem sido efetuados na manutenção e expansão da infra-estrutura do Estado de São Paulo.

Foi este modelo inaugurado pelo Governo do Estado: endividamento com sucateamento. O mais espantoso é que esta performance está sendo apresentada como um exemplo de administração financeira e orçamentária de sucesso.

Em realidade, o acordo assinado com o governo federal mostra duas facetas perversas. Na primeira, incorporou os enormes prejuízos causados pela falta de liderança do governo na defesa dos interesses do Estado durante os quase três anos em que, passivamente, permitiu que a dívida explodisse."

Meus amigos e companheiros Deputados, qualquer semelhança com o Governo de Minas não é mera coincidência.

Na segunda faceta, prejudicou administrações futuras. É importante que saibamos que as mesmas coisas que aconteceram em São Paulo, cujo Governador aceitou tudo passivamente, sem colocar em primeiro lugar os interesses maiores do Estado mais rico da Federação, para não constranger o Presidente da República, que é também do PSDB, também acontecem em Minas Gerais, cujo Governador e todo o seu "staff" aceitaram, pacificamente, durante três anos, a política que está levando o Estado de Minas e levou o Estado de São Paulo e outros Estados da Federação à falência.

A pior coisa que aconteceu a este País foi ficarem os principais Estados da Federação sob a administração do PSDB, juntamente com o Rio Grande do Sul, governado por um peemedebista que é muito mais um peessedebista.

Foi uma pena que as principais economias do País estivessem nas mãos de Governadores também ligados ao PSDB, porque não existiu o contraditório, como existiu, por exemplo, na época do Plano Cruzado. Peço aos Deputados que analisem e avaliem como cresceu a dívida dos Estados e dos municípios nos planos anteriores. Tínhamos um Presidente que, com a sua equipe econômica, implantava um plano de estabilização e uma política monetária, mas tínhamos Governadores em todos os projetos, programas e planos anteriores. Esses Governadores resistiram à política monetária do Governo Federal e não permitiram que a dívida crescesse como cresceu no Plano Real.

Trago ao conhecimento dos senhores esse brilhante artigo do Marcos Cintra sobre o Governo de São Paulo, mas podemos, baseando-nos na realidade de São Paulo, projetá-la para o Estado de Minas Gerais, para concluirmos que, além de não se terem investimentos em Minas, o atual Governador do Estado, por ter aceitado pacificamente esse crescimento tão violento da dívida, inviabilizou não apenas o período de seu mandato, e, assim, Minas ainda se lembrará, por muitos anos, da passagem do atual Governador Eduardo Azeredo.

É importante ficar registrado que não podemos, de forma nenhuma, votar contra o projeto que autoriza a renegociação. O PMDB não será culpado por qualquer atraso que, porventura, ocorra no processo de renegociação. Vamos votar a favor do projeto, mas, em todo o momento que tivermos, vamos registrar a nossa insatisfação pela inércia do Governo, por ter permitido que o Estado se endividasse tanto, inviabilizando inclusive as próximas administrações. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Gilmar Machado.

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, pessoas presentes nas galerias, profissionais da imprensa, viemos aqui para externar a posição da Bancada do PT com relação a esse projeto. Estaremos votando contrariamente a esse projeto da renegociação da dívida. Em primeiro lugar, porque o Governo Federal está impondo aos Estados e municípios um processo de renegociação que os coloca de joelhos diante da União. Acima de tudo, fazem exigências absurdas para que os Estados e os municípios cumpram determinadas metas que não são possíveis de serem cumpridas. Vamos nos ater ao Estado. O que o Governo Federal está exigindo do Estado de Minas Gerais é absurdo. Queriam que pagássemos 20% da dívida atual, que é próxima de R\$10.000.000.000,00, o que significa pagamento da ordem de R\$2.000.000.000,00. Não tínhamos - e ainda não temos - condições de pagar. Então, a União abre um precedente. Mas abre um precedente por quê? Porque estabelece para nós uma taxa de juros extremamente elevada. Se pagarmos até 10%, sobe para cerca de 1,5% por ano, o que é uma taxa elevada em qualquer país do mundo. Vai significar acréscimo, porque já pagamos 6% ao ano. Significa um comprometimento de nossa receita da ordem de 70 a R\$80.000.000,00 por mês, só para pagamento dos juros, para que possamos cumprir o acordo. Isso corresponde a 13,5% do nosso orçamento mensal, o que significa mais arrocho para os servidores públicos. Vai ser mais um ano de penalização, de diminuição de investimentos em áreas prioritárias, como educação, saúde e pavimentação de estradas. No nosso entendimento, o Governo de Minas deveria levantar a cabeça, colocar-se de pé, exigir novo processo de renegociação da dívida, visando a diminuir as dificuldades do povo.

Vou relembrar as palavras de Tancredo Neves, que não era do PT, quando deixava o Governo de Minas. Ele dizia que não era mais possível pagar os juros dessas dívidas com o sacrifício do povo brasileiro e do povo mineiro. Ai está a fala de alguém que ninguém vai poder dizer que era simpatizante do PT - porque dizem que somos muito intransigentes. Era a fala de alguém de centro e que participou, durante longo tempo, da história deste País, servindo, inclusive, à ditadura de Vargas. Ele já dizia que tínhamos que fazer renegociações que diminuíssem o sofrimento do povo. A renegociação que o Governo Eduardo Azeredo quer impor ao povo de Minas vai trazer muitos sacrifícios. No meu entendimento, essa taxa de juros deveria ser repudiada. Não poderemos aceitá-la. Deveriam partir de Minas, como sempre, vários movimentos de repercussão nacional. Vimos, na Inconfidência Mineira, os mineiros se levantando contra o regime. No final da ditadura militar, de Minas partiu um movimento para que pudessemos retornar ao processo democrático. Infelizmente, Minas não tem, no Palácio da Liberdade, um governo sério, firme, que tenha vontade de colocar o nosso povo de pé diante da União, que defenda a Federação, que defenda a autonomia dos Estados. Infelizmente, está faltando, no Palácio da Liberdade, um Governador de fato, com pulso, à altura dos anseios do povo das Gerais. Felizmente, este governo está acabando. Ai, vamos ter um outro a partir de 1999, um governo que se levante, que modifique negociações como essa, que exija respeito da União para com o povo de Minas, que exija que paguemos o que temos condições de pagar. Nessa negociação, vamos comprometer o Estado, no ano que vem, em R\$70.000.000,00 por mês. Vamos gastar R\$950.000.000,00, o que corresponde a duas folhas de pagamento. Desse total, R\$250.000.000,00 vão ser gastos no aumento dos juros que estaremos votando aqui e agora. Por isso, a nossa bancada vai votar contra esse projeto, porque queremos que de Minas partam, mais uma vez, grandes movimentos, para que possamos interferir na política do Governo Federal, que não pode continuar massacrando os Estados e os Municípios da forma como vem fazendo. É exatamente por isso que estamos pedindo aos Deputados para refletirem sobre o nosso voto. Se votarmos a favor, vamos estar dizendo aos servidores públicos que, no ano que vem, vão continuar sem reajuste, vão ter menos recursos para a área da educação e da saúde. Já estamos sentindo dificuldades quanto às matrículas deste ano nas escolas estaduais. No ano que vem, vamos ter problemas muito mais graves. Essas negociações são extremamente danosas para o nosso Estado.

Encerro aqui minhas palavras, esperando que possamos derrotar esse projeto, que possamos estabelecer patamares mais firmes nessa negociação, visando ao interesse de Minas e da Nação.

O Sr. Presidente - Em votação, o projeto, salvo emendas. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Gilmar Machado - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita aos Deputados que ocupem seus lugares.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 46 Deputados; votaram "não" 7 Deputados, perfazendo um total de 53 Deputados. Está, portanto, ratificada a aprovação do projeto, salvo emendas. Em votação, as Emendas n°s 1 e 2, que receberam parecer pela rejeição. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitadas. Fica,

portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.572/97. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Declarações de Voto

O Deputado Paulo Pettersen - Votei pela renegociação da dívida, mas não quero ser responsabilizado, num futuro próximo, se o Estado for inviabilizado pela péssima negociação que está sendo feita.

O Presidente está impondo ao Estado de Minas Gerais uma situação ridícula. Minas perdeu o seu prestígio. Infelizmente, não temos mais - como disse o Deputado Gilmar Machado, a quem parabeno - o Presidente Tancredo Neves para evitar que a dívida não seja paga com o sacrifício, com o suor e com o sangue do povo mineiro. Muito obrigado.

O Deputado Pérciles Ferreira - Sr. Presidente, Srs. Deputados, poderia ter feito uso da palavra logo após o ilustre Deputado Anderson Aduato. Entretanto, não o fiz porque estamos diante de um processo de obstrução e, como Deputado do Governo, evidentemente não poderíamos retardar ainda mais o processo de votação.

Inicialmente, gostaria de dizer que votamos favoravelmente a esse projeto, e não poderia ser diferente, pois somos o seu autor. O projeto é de absoluto interesse do Governo de Minas Gerais com relação ao processo de renegociação da dívida.

Sabemos das dificuldades deste Estado com relação a uma dívida existente e, principalmente, com relação à dívida mobiliária de Minas Gerais. Então, o Governo do PSDB não pode aceitar insinuações de que ele nada fez para o ajuste das suas contas.

O processo de renegociação da dívida é apenas um dos pontos nos quais se precisa mexer para o ajuste das contas públicas do Estado de Minas Gerais.

Temos outros pontos que até independem da vontade desse Governo. Mas vamos nos ater ao assunto para não tomar muito tempo, porque tenho apenas 3 minutos. Desde o primeiro dia esse Governo vem envidando esforços no sentido de resolver essa questão da dívida, principalmente da dívida mobiliária, que, se não for estancada em razão das elevadíssimas taxas de juros, estará sempre em crescimento, numa progressão geométrica.

Esse Governo já encaminhou a esta Casa, desde o ano passado, um pedido de autorização para renegociação dessa dívida. Vem mantendo entendimentos permanentes com o Governo Federal, que já estão sendo finalizados.

Nosso projeto é apenas um complemento e procura dilatar a taxa de juros um pouco, permitindo que se vá até 7,5% na taxa de juros e, até certo ponto, reduzindo aquela participação que Minas Gerais teria tido na solução desse problema.

Agora, o que não podemos aceitar, Sr. Presidente, é que se faça demagogia em cima de um problema tão sério, tão grave e que poderá, inclusive, inviabilizar as administrações futuras de nosso Estado.

Está aí colocado em jogo o grande interesse do povo do Estado de Minas Gerais. Outra coisa que não posso aceitar, Sr. Presidente, é que mais de 33% dessa dívida, principalmente da dívida mobiliária, foi contraída pelo anterior Governo do PMDB, pelo Governo do PMDB que hoje não quer que ela seja reescalada.

Na verdade, não dá para entender. Os Deputados do PMDB votam a favor do pacote do Governo Federal, aumentam os impostos, e quando se faz necessário um ajuste aqui em Minas Gerais, eles são contra, não participam. Isso porque a intenção é única e exclusivamente eleitoreira.

Não podemos aceitar esse tipo de insinuação. A responsabilidade do Governo de Minas Gerais não está contida nessa dívida porque o Governo Eduardo Azeredo, pasmem os senhores, até hoje, desde o primeiro dia, ainda não emitiu sequer um título da dívida mobiliária do Estado de Minas Gerais. Quem fez a dívida não foi o Governo Eduardo Azeredo.

Então, quem fez a dívida não foi o Governador Eduardo Azeredo, não foi seu Governo. Ele quer que ela seja reescalada neste momento apenas para que ele possa resolver os interesses maiores do Estado de Minas Gerais.

O Deputado Anderson Aduato - Nós nos posicionamos, e o nosso voto está claro. É a favor da renegociação. Dissemos que votaríamos favoravelmente.

Agora, é importante fazer um esclarecimento. No dia em que o PMDB deixou o Governo, em 31/12/90, a dívida era 33% do que é hoje. Isso, do dia em que se iniciou todo o processo de endividamento até o dia em que o PMDB saiu. É importante dizer que houve outros governos antes do Governo do PMDB.

Quando se fala em números, não cabe, no meu entendimento, demagogia. Quando falamos de números não cabe argumentação, os números falam por si mesmos. O que colocamos é uma coisa óbvia.

Concordo que o Governador não emitiu nenhum título, mas o que fizemos, inclusive em nosso pronunciamento, foi a omissão... E a pior coisa que aconteceu para o País, em termos de Estados e municípios, foi o fato de os principais Estados terem tido Governadores do mesmo partido do Presidente da República. Eles não tiveram pulso para usar a influência de seus respectivos Estados, como foi o caso de São Paulo. Fiz questão de começar com São Paulo, para que todos entendessem a gravidade da situação. Quer dizer, quebraram São Paulo!

Em Minas, vamos sentir o mesmo. Por exemplo, dizem, quanto ao que estamos votando, que o Governador está fazendo muito ao solicitar a renegociação. Ora, ele está fazendo isso porque é obrigado, ele tem de fazer. Não concordamos é com a forma pacífica e extremamente dócil com que o faz. Nunca vi, nem uma vez, os Governadores dos principais Estados da Federação, de Minas, São Paulo ou Rio de Janeiro, que são do PSDB, ou do Rio Grande do Sul, que tem uma economia extremamente importante, que é do PMDB, se rebelarem. Eles preferem fazer exatamente isso que todos estão fazendo: renegociam a dívida e vêm pedir mais aumento de impostos e mais sacrifícios, sem investimento algum. Ao contrário, estão desmontando o Estado, vendendo as empresas públicas, como o fazem com a abertura de capital que votamos aqui, hoje.

Então, é importante que entendam o que estamos fazendo. Isso tem que ser renegociado? Sim; tanto é que o PMDB não quis se responsabilizar. Podem ter certeza, isso vai passar para a história. É por isso que repito que estou adorando os resultados das pesquisas eleitorais, porque eles vão animar o atual Governador a disputar a reeleição. E nada melhor do que o julgamento no processo eleitoral. Ali é o verdadeiro julgamento. Nesse momento, iremos conhecer o que quer Minas. Porque hoje pode parecer que essa fala é só da oposição, que estamos aqui falando contra algumas coisas por politicagem ou demagogia. Então, em meu entendimento e em minha avaliação, será muito importante que tenhamos o atual Governador como candidato à reeleição. Ai, os Deputados que estarão na mesma linha irão fazer essa defesa, e os senhores conhecerão a força de um julgamento popular.

Então, Sr. Presidente, o PMDB votou a favor do Projeto de Lei nº 1.572/97, que autoriza a renegociação, exatamente por entender que há necessidade disso. Mas é importante dizer o que foi feito e como, para que a dívida de Minas, em quatro anos, simplesmente triplicasse. Estou vendo que há um Deputado do PSDB que também fará sua justificativa de voto, e gostaríamos muito de conhecer sua argumentação e as justificativas para que a dívida de Minas tenha triplicado nos últimos anos.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, sem dúvida, eu também não gostaria de votar numa renegociação de dívida - dívida, infelizmente, já contraída. Estamos acompanhando as pesquisas que estão sendo feitas e sabemos que o povo do Estado de Minas Gerais já mostrou sua rejeição ao Governo do PMDB. Essa dívida que estamos renegociando, o que a Assembléia Legislativa está aprovando, não foi contraída pelo PSDB ou por este Governo.

Respeito muito o Deputado Anderson Aduato, que nos fez um histórico sobre a situação de São Paulo e a do BANESPA. A dívida de São Paulo tampouco foi contraída pelo Governo do PSDB. Tivemos, em São Paulo, alguns Governos do PMDB, conhecidos por qualquer um no País, e, novamente, as pesquisas demonstram a rejeição a esses Governos.

Saimos de uma inflação altíssima no Governo Sarney, também do PMDB. O País, Minas Gerais, São Paulo conhecem, já sabem como as coisas acontecem. E as pesquisas mostram, especialmente no item sobre rejeição: o Governo do PMDB está sendo rejeitado pela população de Minas Gerais, e não temos ainda nem campanha eleitoral; o povo já disse que não quer o PMDB.

Então, Sr. Presidente, infelizmente, a Assembléia Legislativa votou e eu votei pela renegociação de uma dívida que o Governador Eduardo Azeredo não contraiu. Infelizmente, nós votamos isso, mas está demonstrada, novamente, nas pesquisas, a rejeição da população ao Governo do PMDB. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Governador Newton Cardoso saiu do Governo há praticamente sete anos. Será que, nesses três anos de PSDB, não tivemos outro Governador? Será que foi o Presidente da Assembléia que governou Minas Gerais? Ou será que Minas Gerais deixou de existir durante quatro anos? Por que não se fala que, depois do Governo do PMDB, tivemos um Governador que se chama Dr. Hélio Garcia? Será por que querem omitir e jogar para o PMDB toda essa desculpa dessa dívida que aí está?

Se vocês analisarem com calma, se é que não teve outro Governo depois do PMDB a não ser esse, do PSDB, verão que ficou uma dívida de R\$1.800.000.000,00 desse período. Por que até hoje ninguém ainda tem esses números exatos?

Na semana passada, o Deputado Sebastião Navarro Vieira perguntou ao Secretário da Fazenda qual o valor da dívida, se são R\$10.000.000.000,00; R\$13.000.000.000,00; R\$14.000.000.000,00 ou R\$15.000.000.000,00. Nem esse número é definitivo.

Para vocês terem uma idéia, só na demora da renegociação da dívida do Estado por esse Governo - que eu dizia e repito, é tímido, não está tendo coragem de enfrentar o Governo de Fernando Henrique Cardoso -, entre a autorização da Assembléia e essa de hoje, a dívida aumentou R\$3.000.000.000,00.

O que me deixa mais preocupado é ouvir companheiros Deputados dizerem que a dívida foi feita por Newton Cardoso, pelo Governo do PMDB, mas, se o foi, foi por um Governo que fez obras, estradas, construiu escolas, postos de saúde, hospitais, barragens. Esse foi o Governo do PMDB, que deixou uma dívida pequena.

Ninguém fala que, depois de Newton Cardoso, tivemos o Governo do Dr. Hélio Garcia. Ou será que não houve, que foi um tempo apagado na história de Minas, na administração pública? Quando dizem que o Governo do PSDB não emitiu, será que esquecemos o eurobônus? Será que esquecemos a dívida que foi feita para se vender a CEMIG? Ela foi vendida, e emitiram-se os títulos com lastro das ações da empresa.

Por isso, o PMDB, hoje, acha que deve ser negociada a dívida. Achamos que o Governo Eduardo Azeredo tem que ser mais ousado, tem que "peitar" o Governo Fernando Henrique Cardoso, porque ele está falindo os Estados e municípios com essa política de juros.

Para vocês terem uma idéia, estamos aprovando hoje um aumento de 1,5% de juros em cima de R\$13.000.000.000,00. Isso representa, mais ou menos, por ano, R\$180.000.000,00 a mais na dívida externa, sem, como diz o Deputado João Leite, nenhuma emissão de títulos.

Então, essa é a preocupação. Acho que o Governo do Estado tem que negociar, acertar, mas não da forma como está sendo conduzido. Queremos deixar bem claro que, depois do Governo do PMDB, tivemos outros Governos. Quando se fala de um período de sete anos, não podemos nos esquecer de um período de quatro anos que foi do Governador Hélio Garcia.

Não estou acusando ninguém, não é do meu feito; se foi malfeito, ou bem-feito, isso é problema do Governo de Minas, e não do Governador. Essas dívidas são problema do Governo. Sai Governo, entra Governo. Ele é o responsável. Não o Governador. Não são culpados Newton Cardoso, Hélio Garcia, muito menos Eduardo Azeredo. Muito obrigado.

O Deputado Arnaldo Penna - Gostaria de manifestar de público meu voto favorável ao projeto de lei, que teve sua votação encerrada neste momento. Gostaria de dizer, especialmente ao Deputado Antônio Júlio, que, realmente, a última dívida contraída pelo Governo de Minas foi no Governo do PMDB. O restante dessa dívida, os 67%, são anteriores ao Governo Newton Cardoso. Portanto, os dois últimos Governos de Minas Gerais não fizeram essa dívida crescer. Ela cresceu pela inflação ou por outras razões.

Gostaria de dizer que o que acreditamos que está ocorrendo neste momento é que o PMDB está assustado com os resultados das pesquisas e, com isso, tenta deslocar uma disputa. Na área federal, ele apóia o Governo do PSDB. Infelizmente, neste momento isso traz uma nódoa ao Governo do PSDB, com sua atuação no DNER. O que se noticia por aí é que o DNER que está nas mãos do PMDB, está enodoando o Governo do PMDB em nível federal, com anúncios de falcatruas dentro do DNER, com descuidos das estradas, com o mau uso do dinheiro público. Esse tem sido um dos papéis do PMDB no Governo do PSDB, no Governo Federal.

Quanto ao Governo Eduardo Azeredo, temos visto que o povo de Minas Gerais está reconhecendo seu esforço e seu trabalho, tanto que tem mostrado nas pesquisas a vantagem que ele leva em relação a outros pretendidos candidatos ao Governo de Minas Gerais. Assim é que o Governador Eduardo Azeredo, sendo do PSDB, o partido que se dispõe sempre a honrar seus compromissos, está sempre disposto a cumprir os deveres que lhe são conferidos. Ele está buscando, nesta Casa, autorização para renegociar a dívida do Estado de Minas Gerais, porque quer cumprir seu dever, junto a seus credores, da forma como ele tem cumprido seus compromissos junto a seus credores e à população do Estado de Minas Gerais. Essa é a razão do meu voto favorável. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero declarar meu voto favorável ao Projeto de Lei nº 1.572/97, e esta Casa dá uma demonstração de que as coisas importantes de Minas Gerais têm que ser tratadas com responsabilidade. Não quero tecer comentários sobre o PMDB, porque acho que ele tem grandes representantes, não obstante exista um segmento dentro dele que fala e não coloca na prática o que está sendo falado.

O que observamos nesta Casa, durante esses três anos, foi uma simbiose. Os Deputados estiveram sempre apoiando os projetos do Governador Eduardo Azeredo, por acharem que esse é um Governo sério, que no terceiro ano saiu à frente nas pesquisas, com um dos menores índices de rejeição.

Acho que a questão eleitoral tem que ser colocada ano que vem. O povo de Minas vai saber julgar nas urnas o Governador Eduardo Azeredo e o Governo do PSDB. O que observamos com muita tristeza é que, muitas vezes, posições são tomadas nesta Casa, de fazer a defesa não fundamentada na ideologia, na verdade ou na vontade de fazer uma defesa de um projeto ou de uma idéia ou a defesa de um segmento da sociedade.

As coisas, muitas vezes, acontecem aqui dependendo de interesses pessoais e particulares. Penso que é isso que atrapalha o bom andamento e o bom nome do Legislativo, mas, num todo, a Assembléia Legislativa dá uma demonstração de responsabilidade e de confiança neste Governo, ao apoiar essa renegociação, que é mais importante ainda para os futuros governos.

O Deputado Roberto Amaral - Sr. Presidente, Srs. Deputados, minha declaração é favorável à aprovação do projeto. Aliás, esse foi o projeto que teve a maior votação nesta Casa, nos últimos dias, o que quer dizer que todos aqui aprovam a administração do nosso Governador Eduardo Azeredo. Isso mostra a seriedade e a competência com que ele tem se pautado no exercício da política, que é administrar bem. Essa foi a prova cabal disso, ou seja, foi a maior votação que houve. Então, todos os Deputados estão comungando com a administração do nosso Governador. Com referência a alguns itens aqui levantados, gostaria de dizer que, realmente, não se emitiu, nem nesse Governo nem no anterior, nenhum título que aumentasse a dívida. Sobre esse aumento da dívida, pasmem os senhores, ele é estrondoso e se deve à alta taxa de juros. Aqui não estamos vivendo uma utopia. Estamos vivendo a realidade de um mercado globalizado e de uma selvageria na taxa de juros. Basta multiplicá-la pelo número 12, depois, pelo número de anos que se tem, e chegaremos facilmente a esse número. Não sou engenheiro financista, mas tenho o conhecimento necessário para chegar a esses resultados. Esse número, que realmente é alarmante, se deveu e se deve às altas taxas de juros que se praticam hoje nos mercados nacional e internacional.

Com referência a outros Estados, não os conheço, mas, pelo que sei, eles todos, sem exceção, estão na bancarrota. Minas é um dos poucos que se mantêm erguidos, devido à sua potencialidade, ao segundo PIB do País, a todo o seu empresariado e à competência e à seriedade do nosso Governador. Com isso, reafirmo o nosso voto favorável à aprovação do projeto para a renegociação da dívida.

Questão de Ordem

O Deputado Paulo Pettersen - Sr. Presidente, solicito de V. Exa. que encerre de plano a reunião ou que faça a recomposição de "quorum".

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de "quorum" para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para as extraordinárias de hoje, às 14 e às 20 horas, e de amanhã, dia 23, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, bem como para a ordinária, também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia a ser publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 99ª REUNIÃO Extraordinária da comissão de fiscalização financeira e orçamentária

Às dezessete horas e quinze minutos do dia dezessete de dezembro de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Miguel Martini, Mauri Torres, Roberto Amaral, Sebastião Navarro Vieira, José Braga e Durval Ângelo, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Miguel Martini, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado José Braga que proceda à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que, lidas e aprovadas, são subscritas pelos membros presentes. A seguir, o Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Após, faz retirar da pauta os Projetos de Lei nºs 1.317, 1.425 e 1.549/97, por não atenderem aos pressupostos regimentais para sua apreciação. Com a palavra, o Deputado Mauri Torres, relator do Projeto de Lei nº 1.150/97, determina seja distribuído avulso de seu parecer. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária de logo mais, às 18 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de dezembro de 1997.

Miguel Martini, Presidente - Sebastião Navarro Vieira - Mauri Torres - Gilmar Machado - Durval Ângelo - Péricles Ferreira - Roberto Amaral.

ATA DA 3ª REUNIÃO Conjunta DAS COMISSÕES DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia dezoito de dezembro de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Andrade, João Leite e Mauri Torres, membros da Comissão de Defesa do Consumidor; Miguel Martini, Mauri Torres, Roberto Amaral e Durval Ângelo, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Miguel Martini, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Durval Ângelo que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar, no 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.547/97, do Governador do Estado, e passa à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre o Projeto de Lei nº 1.547/97. Após, indaga ao Deputado Antônio Andrade, relator do projeto pela Comissão de Defesa do Consumidor, se está em condições de emitir o seu parecer. O Deputado Antônio Andrade solicita prazo regimental para melhor análise da matéria, o que é concedido pela Presidência. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião, que se realizará no dia 18/12/97, às 16h30min, na Sala das Comissões, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de dezembro de 1997.

Miguel Martini, Presidente - Antônio Andrade - Maria José Haueisen - Roberto Amaral - Sebastião Navarro Vieira - José Braga - Ajalmar Silva.

ATA DA 1ª REUNIÃO Extraordinária da comissão especial para emitir parecer sobre a proposta de emenda à constituição nº 50/97

Às quatorze horas e trinta minutos do dia dezoito de dezembro de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Roberto Amaral, Irani Barbosa e Gilmar Machado, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Roberto Amaral, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Gilmar Machado que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A seguir, informa que a reunião se destina a apreciar o Parecer para o 1º Turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 50/97. Com a palavra, o relator, Deputado Gilmar Machado, apresenta seu parecer, o qual conclui pela aprovação da matéria com a Emenda nº 1. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 1997.

Roberto Amaral, Presidente - Adelmo Carneiro Leão - Jorge Hannas - José Braga.

ATA DA 3ª REUNIÃO Extraordinária da comissão do trabalho, da previdência e da ação social

Às quinze horas e quinze minutos do dia dezoito de dezembro de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Olinto Godinho, Carlos Pimenta e Wilson Pires, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Olinto Godinho, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Carlos Pimenta que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Não havendo correspondência a ser lida, o Presidente passa à discussão e à votação do Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.466/97, o qual é aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de dezembro de 1997.

Carlos Pimenta, Presidente - Bené Guedes - Wilson Pires.

ATA DA 28ª REUNIÃO Extraordinária da comissão de administração pública

Às dezessete horas do dia dezoito de dezembro de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ajalmar Silva, Anderson Aduino, Durval Ângelo, José Braga, Bilac Pinto (substituindo este ao Deputado Leonídio Bouças, por indicação da Liderança do PFL) e Mauri Torres (substituindo o Deputado Arnaldo Penna, por indicação da Liderança do PSDB), membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ajalmar Silva, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado José Braga que proceda à leitura da ata da reunião anterior. O Deputado Durval Ângelo solicita dispensa da leitura. Não havendo quem se manifeste, o Presidente dispensa a leitura da ata, dando-a por aprovada, e pede aos membros presentes que a subscrevam. A seguir, informa que a reunião se destina a apreciar o parecer sobre as emendas apresentadas em Plenário ao Projeto de Lei nº 1.550/97, do Governador do Estado, que dispõe sobre a COPASA-MG e dá outras providências. Logo após, a Presidência designa o Deputado Arnaldo Penna para relatar o Projeto de Lei nº 1.479/97, do Deputado José Bonifácio, que dispõe sobre a compra de mobiliário pelos órgãos e pelas entidades da administração pública estadual. Logo após, designa relator do Projeto de Lei nº 1.550/97 o Deputado Mauri Torres, a quem consulta se está em condições de emitir seu parecer. Este solicita a distribuição de avulsos de seu parecer, que conclui pela rejeição das Emendas nºs 1 a 4. A Presidência determina a distribuição dos avulsos. Nada mais havendo a ser tratado, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, a ser realizada em 19/12/97, às 9h30min, com a

finalidade de se apreciar o parecer do Deputado Mauri Torres, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de dezembro de 1997.

Ajalmar Silva, Presidente - Sebastião Navarro Vieira - José Braga - José Henrique - Marcos Helênio.

ATA DA 18ª REUNIÃO Extraordinária da comissão de defesa do consumidor

Às nove horas e trinta e cinco minutos do dia dezoito de dezembro de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Geraldo Nascimento, Ambrósio Pinto e Antônio Andrade, membros da Comissão supracitada. Está presente, também, o Deputado João Batista de Oliveira. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Geraldo Nascimento, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Antônio Andrade que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A seguir, o Presidente informa que se encontra em poder da Mesa e à disposição dos Deputados correspondência do Sr. Rodrigo Botelho Campos, Coordenador do PROCON-BH, na qual solicita o apoio da Comissão contra o tratado proposto para regular as relações de consumo no MERCOSUL. A Presidência esclarece aos Deputados que consta na Ordem do Dia da reunião o Requerimento nº 2.432/97, de autoria da Comissão, que trata do assunto em questão, e informa que a reunião se destina a apreciar as matérias constantes na pauta. A seguir, a Presidência passa à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de parecer sobre proposição sujeita à apreciação do Plenário da Assembléia. O relator, Deputado Ambrósio Pinto, procede à leitura do seu parecer, mediante o qual conclui pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.176/97 na forma do Substitutivo nº 1. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. Tendo em vista que a matéria a ser apreciada é de autoria do Deputado Geraldo Nascimento, este parlamentar passa a Presidência ao Deputado Ambrósio Pinto, que submete a votação o Requerimento nº 2.432/97, o qual é aprovado. O Deputado Geraldo Nascimento reassume a Presidência e submete a votação o Requerimento nº 2.445/97, que é aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, que será realizada às 14h30min do dia 23/12/97, com a finalidade de se apreciarem os Pareceres para o 2º Turno dos Projetos de Lei nºs 1.336 e 1.547/97, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de dezembro de 1997.

Geraldo Nascimento, Presidente - José Militão - Antônio Andrade.

ATA DA 29ª REUNIÃO Extraordinária da comissão de administração pública

Às nove horas e trinta e cinco minutos do dia dezoito de dezembro de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ajalmar Silva, Sebastião Navarro Vieira (substituindo este ao Deputado Leonídio Bouças, por indicação da Liderança do PFL), José Henrique (substituindo o Deputado Antônio Andrade, por indicação da Liderança do PMDB), Marcos Helênio e José Braga, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ajalmar Silva, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Marcos Helênio que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A seguir, o Presidente informa que a reunião se destina a apreciar, no 1º turno, o parecer sobre as Emendas nºs 1 a 4 ao Projeto de Lei nº 1.550/97 e suspende a reunião. Às 14 horas, o Presidente deixa de reabrir a reunião por falta de "quorum", convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, às 14h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de dezembro de 1997.

Arnaldo Penna, Presidente - Marcos Helênio - Antônio Andrade - Ambrósio Pinto - Carlos Pimenta - Bené Guedes.

ATA DA 4ª REUNIÃO Extraordinária da comissão de educação, cultura, ciência e tecnologia

Às onze horas e trinta minutos do dia dezoito de dezembro de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados José Maria Barros, José Henrique, Gilmar Machado e Marco Régis, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado José Maria Barros, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado José Henrique que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Em seguida, passa à fase de distribuição de proposições e designa o Deputado José Henrique para relatar o Projeto de Lei nº 1.321/97, do Deputado Gilmar Machado, que estabelece as matérias Filosofia e Sociologia como disciplinas obrigatórias nas escolas públicas de 2º grau. Esgotada a matéria destinada à 1ª Parte da reunião, o Presidente passa à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. O Deputado José Henrique, relator do referido projeto, emite parecer por sua aprovação na forma do vencido em 1º turno. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer. A seguir, o Presidente convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária a realizar-se logo mais, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o parecer sobre as eventuais emendas de Plenário ao Projeto de Lei nº 1.499/97. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de dezembro de 1997.

José Maria Barros, Presidente - José Henrique - Marco Régis.

ATA DA 30ª REUNIÃO Extraordinária da comissão de administração pública

Às quatorze horas e trinta minutos do dia dezoito de dezembro de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Arnaldo Penna, Marcos Helênio, Antônio Andrade, Carlos Pimenta (substituindo este ao Deputado Ajalmar Silva, por indicação da Liderança do PSDB), Bené Guedes (substituindo o Deputado Ibrahim Jacob, por indicação da Liderança do PDT) e Ambrósio Pinto (substituindo o Deputado Sebastião Helvécio, por indicação da Liderança do PPB), membros da Comissão supracitada. Está presente, também, o Deputado Anderson Aduato. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Arnaldo Penna, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Marcos Helênio que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A seguir, o Presidente informa que a reunião se destina a apreciar o parecer sobre as Emendas nºs 1 a 4, apresentadas em Plenário, no 1º turno, ao Projeto de Lei nº 1.550/97. O Presidente informa que, na reunião anterior, foram distribuídos avulsos do parecer do relator, Deputado Mauri Torres, mediante o qual conclui pela rejeição das referidas emendas. Na fase de discussão, o Deputado Antônio Andrade solicita votação destacada das partes do parecer referentes às emendas. É colocada em votação cada parte por sua vez, e o parecer é aprovado, com voto contrário dos Deputados Marcos Helênio e Antônio Andrade. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 1997.

Ajalmar Silva, Presidente - Arnaldo Penna - José Braga - Sebastião Navarro Vieira - Durval Ângelo.

ata da 6ª reunião extraordinária da comissão de educação, cultura, ciência e tecnologia

Às dezessete horas do dia vinte de dezembro de mil novecentos e noventa e sete, comparecem no Plenarinho IV os Deputados Ajalmar Silva (substituindo o Deputado José Maria Barros, por indicação da Liderança do PSDB), Marcos Helênio (substituindo o Deputado Gilmar Machado, por indicação da Liderança do PT) e Ivair Nogueira (substituindo o Deputado José Henrique, por indicação da Liderança do Bloco Democrático Trabalhista), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ajalmar Silva, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Marcos Helênio que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. O Presidente informa que a matéria constante na pauta não se encontra em condições de ser apreciada, motivo pelo qual convoca os membros da Comissão para as reuniões do dia 22/12/97, às 11, às 17 e às 20 horas, no Plenarinho II, para se apreciar o Projeto de Lei nº 1.176/97, do Deputado João Batista de Oliveira, agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de dezembro de 1997.

José Henrique, Presidente - Marco Régis - Sebastião Navarro Vieira.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

EXTRATO DE CONVÊNIO

Termos de Convênio que entre si celebram a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e as entidades abaixo discriminadas, cujo objeto é a concessão de subvenção social e auxílio para despesa de capital

Convênio Nº 02615 - Valor: R\$6.000,00.

Entidade: Prefeitura Municipal Sao Gotardo - Sao Gotardo.

Deputado: Romeu Queiroz.

Convênio Nº 02715 - Valor: R\$25.000,00.

Entidade: Faculdades Unidas Norte Minas - Montes Claros.

Deputado: Dimas Rodrigues.